

# Sumário

Número de notícias: 45 | Número de veículos: 33

PORTAL UOL - COLUNA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tática acertada , diz deputado do PSOL criticado por se abster na reforma ..... 5

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tem ganhadores e perdedores, mas ainda falta a prova do pudim ..... 6

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: ao menos seis nomes já são cotados para relatar proposta no Senado  
..... 8

PORTAL UOL - COTIDIANO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aprovada a reforma, Centrão espera que o governo retribua ..... 9

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária atende algumas atividades de turismo e deixa outras de fora ..... 10

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Medicamentos, frutas, ovos: veja a lista de itens que podem ficar isentos na reforma tributária  
..... 11

PORTAL UOL - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Manobras de Lira, traições e broncas: bastidores da aprovação da tributária ..... 13

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet diz que Reforma Tributária foi o projeto possível: 'Não vai fazer o Brasil crescer do tamanho que gostaríamos'  
..... 15

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Apesar de concessões, reforma tributária é positiva para PIB no longo prazo, dizem analistas  
..... 16

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: o que você precisa saber em 12 pontos ..... 18

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que reforma tributária deve influenciar taxa de juros ..... 19

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que a reforma tributária é boa notícia para o mercado de ações ..... 20

VALOR ONLINE - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda como fica o cashback na reforma tributária aprovada na Câmara ..... 21

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impacto no bolso: saiba o que muda na cobrança do IPVA e IPTU com a reforma tributária ..... 22

PORTAL UOL - COLUNA  
ANFIP

Reforma está na metade, falta o rico no Imposto de Renda, diz economista ..... 23

VALOR ONLINE - EMPRESAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Setor siderúrgico vê ganho de competitividade e indução ao crescimento ..... 25

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária ainda pode quase triplicar carga do setor de serviços, diz FecomercioSP ..... 26

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira reúne líderes para tentar votar Carf e arcabouço nesta sexta-feira de olho no Copom ..... 27

PORTAL UOL - COTIDIANO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dobra número de deputados do PL que vota alinhado ao governo Lula na reforma tributária ..... 29

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ibovespa opera em alta, com reforma tributária, dados de emprego nos Estados Unidos e alta na Petrobras ..... 31

VALOR ONLINE - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad diz que governo já sente "fortemente" impacto da taxa de juros sobre arrecadação ..... 33

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: o que pode mudar na cesta básica ..... 34

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator inclui trava para tentar evitar aumento da carga tributária ..... 35

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Na Reforma Tributária, parques de diversões, hotéis e restaurantes terão regime diferenciado ..... 36

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A passos cambaleantes: a revolução tributária ..... 37

VALOR ONLINE - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Segundo semestre pode surpreender positivamente', diz Fabri, do Bradesco ..... 39

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Câmara aprova texto da reforma tributária em 2º turno** ..... 41

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Reforma Tributária amplia isenção de impostos para entidades religiosas e beneficia empresas ligadas a igrejas** ..... 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Em movimento raro, Lira vai à tribuna para defender texto** ..... 46

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Como a reforma afeta o preço de alimentos, remédios e de escolas** ..... 47

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Em votação histórica, Câmara aprova primeiro passo da reforma tributária** ..... 50

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Arcabouço e Carf emperram ante prioridade de reforma** ..... 53

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Bolsa cai e dólar sobe com expectativa sobre tributária e juro nos EUA** ..... 55

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Reforma Tributária: veja as alterações feitas na reta final para a aprovação** ..... 56

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**PEC aprovada na Câmara é apenas o primeiro passo (Editorial)** ..... 58

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Pequeno lojista vai sofrer com isenção a importado, diz Yunes** ..... 59

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Novo regime de impostos** ..... 61

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Entenda as mudanças da reforma no dia a dia** ..... 63

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Carf e arcabouço atrasam, mas Haddad mantém otimismo** ..... 64

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Reforma tributária tem 382 votos e passa em primeiro turno na Câmara** ..... 65

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Projeto muda impostos sobre herança, lancha e jatinho** ..... 67

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova tributação pode combater a guerra fiscal, dizem especialistas.....	68
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Após décadas, País dá primeiro passo para deixar pré-história da tributação.....	70
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Sistema tributário do País é responsável pelo aumento do Custo Brasil, diz estudo .....	71
FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Câmara aprova Reforma Tributária.....	74

# Tática acertada , diz deputado do PSOL criticado por se abster na reforma

Apesar de receber muitas críticas da esquerda por ser um dos três deputados do PSOL que se absteve de votar na **reforma tributária**, Glauber Braga (PSOL-RJ) acredita que atingiu o objetivo. Tanto ele quanto Sâmia Bonfim (PSOL-SP) e Fernanda Melchiona (PSOL-RS), que também se abstiveram, pretendiam destacar os pontos negativos da PEC.

Nunca tinha votado abstenção, mas acho que a tática foi acertadíssima nesse caso em específico , comentou Glauber à coluna. Conseguimos exatamente aquilo que queríamos, que foi levantar discussão sobre pontos inseridos no relatório que estruturalmente são prejudiciais à maioria do povo .

Para o deputado do PSOL, não há motivo para comemoração pela aprovação da reforma na Câmara.

A proposta é de orientação liberal. O que tem de ganho para o povo, como, por exemplo, tributação no destino e a possibilidade de ter uma lista nacional de itens da cesta básica a ser zerada, tudo ficou para o futuro, ficou pra depois pra legislação complementar, 2026, 2037, 2050 , critica. Já os interesses desses grupos que apoiaram, como bancada do latifúndio, bancada fundamentalista, Febraban, esses já passaram a estar consolidados na Constituição .

Glauber avalia que os três não tivessem optado pela abstenção esse debate não estaria sendo feito, já que o voto sim crítico estaria diluído no meio do conjunto dos elogios e o voto não estaria diluído na oposição bolsonarista.

Na opinião dele, críticos que pedem alinhamento total ao governo partem do pressuposto equivocado de que a política é o regime de posições estáticas. Se eu parar de tensionar a esquerda, o Centrão e a direita vão parar de tensionar a direita? Claro que não , analisa. Ou seja, o Lira vai tensionar à direita e as outras respectivas bancadas para os seus interesses o tempo inteiro. Então, tem que ter tensionamento pra esquerda .

A crítica é bem-vinda, garante o parlamentar do PSOL, se for pra travar um debate que seja justo. Agora, a crítica que vem numa tentativa de silenciar um tensionamento à esquerda parte desse pressuposto equivocado , argumenta. Isso não pode prevalecer porque senão mandatos como o meu perdem o

sentido de ser .

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2023/07/08/tatica-acertada-diz-deputado-do-psol-criticado-por-se-abster-na-reforma.htm>

# Reforma tem ganhadores e perdedores, mas ainda falta a prova do pudim

**\*\* Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

Reformas do sistema de pagamentos de **impostos** produzem, inevitavelmente, ganhadores e perdedores. Por isso são tão difíceis de emplacar. Não é nenhuma surpresa, portanto, que logo depois da aprovação da proposta de **reforma tributária** na Câmara, nesta quinta-feira (6), tenham aparecido listas de ganhadores e perdedores.

Ainda é cedo, contudo, para se saber, de fato, quem perdeu e quem ganhou. Por quê? Porque falta o texto aprovado na Câmara passar pelo Senado, e, além disso, falta uma segunda e crucial parte da reforma, que é a reforma da tributação sobre renda e patrimônio.

Depois disso ainda ficará faltando a prova do pudim, com a determinação da alíquota única da tributação sobre bens e serviços e a aplicação prática das novas normas tributárias, que serão objeto de leis complementares. A reforma será mesmo neutra, ou seja, a carga tributária - relação entre o volume da arrecadação e o volume da produção total nacional - não sofrerá aumentos depois da implantação do novo sistema?

Mesmo que os impactos da reforma, tanto para a atividade econômica quanto para os contribuintes, só sejam sentidos ao longo do tempo - o período completo de transição do velho para o novo sistema está previsto para 10 anos - são esperados efeitos positivos imediatos nas expectativas econômicas, afetando, por exemplo, taxas de juros e decisões de investimento.

A primeira parte da reforma, essa já aprovada na Câmara, trata dos **tributos** sobre consumo. Seu objetivo era simplificar o sistema de cobrança e pagamento dos **tributos** e acabar com a cumulatividade - a incidência de **impostos** sobre **impostos**, em cascata nas diversas etapas da produção e venda.

Entenda ponto a ponto a proposta aprovada

Mesmo com mais exceções do que o previsto na proposta original, o sistema tributário será fortemente simplificado. Antes, um mesmo produto poderia ser

tributado em alíquotas diferentes, conforme sua descrição legal. Um exemplo já bem conhecido é o da taxa de perfumes em 40% e a de água de cheiro em 10%. A partir do novo sistema, haverá uma alíquota única para todos os bens e serviços, sem considerar, obviamente, as exceções.

O novo tributo criado, que foi subdividido, para efeitos de cobrança, em dois - um federal e o outro estadual -, é do tipo IVA (Imposto sobre Valor Agregado). A cobrança se dará exclusivamente em cada etapa da produção ou da prestação do serviço, e não mais, cumulativamente, em todo o processo de produção. Cada etapa da produção receberá créditos tributários no valor do imposto cobrado nas etapas anteriores. Um efeito muito positivo do fim da comutatividade será a desoneração de exportações e investimentos.

Outro ganho forte, consequência do novo sistema de cobrança, é o da transparência tributária. Hoje é quase impossível saber quanto se paga de imposto em cada bem ou serviço consumido e essa opacidade contribui, entre outros problemas, para elevar os custos de produção. A aplicação do tributo é feita por dentro, ou seja, está embutida no preço de venda. No novo sistema, a cobrança será por fora, o que permitirá saber, automaticamente, quanto é a parcela de imposto considerada no preço.

Estes são ganhos genéricos da reforma da tributação do consumo. Ganhadores e perdedores específicos começam a aparecer com a decisão de taxar o consumo apenas no destino, onde bens e serviços são vendidos. Antes, a tributação, além do destino, poderia ser aplicada na origem, onde bens são produzidos ou no domicílio fiscal do prestador de serviços.

É uma decisão de lógica e racionalidade tributárias, mas com consequências na distribuição do bolo fiscal entre estados e municípios. Estados do Norte e do Nordeste, que são mais consumidores e menos produtores, ganham com a reforma.

Para manter o equilíbrio tributário no período de transição do velho para o novo sistema tributário, a reforma prevê a criação de dois fundos custeados com recursos federais: um, mantido até 2032, para compensar perdas entre estados produtores e consumidores; outro, de desenvolvimento regional, permanente, com objetivo de reduzir desigualdades

regionais. O volume de recursos e as áreas em que os recursos poderão ser aplicados ainda não definitivamente estabelecidos

A reforma gera ganhadores e perdedores ao mitigar o desequilíbrio do sistema em vigor, que tributa mais a indústria e alivia para os serviços. Do ponto de vista geral, o setor de serviços é perdedor na reforma. Mas as perdas não são uniformes para todos os segmentos dos serviços, e, mesmo onde são previstas, podem ser mitigadas no futuro.

O quadro definitivo dos que perdem e de quanto perdem só será conhecido quando a reforma incluir as alterações na renda e a alíquota tributária padrão no consumo for definida. Isso porque, como os serviços são intensivos em mão de obra, a desoneração da folha de salários poderá ser um importante elemento de redução de custos. Esse é um tipo de ajuste que depende das mudanças na tributação da renda, com destaque para a prevista tributação de lucros e dividendos, hoje isentos de **impostos**.

Diversos serviços de empresas optantes pelo regime do Simples não serão impactados pela reforma porque o Simples é um dos regimes de exceção previstos na reforma e ficou fora das novas regras. Já os serviços prestados para empresas em geral vão gerar créditos. O segmento em que deve ocorrer aumento de carga é na prestação de serviços a pessoas físicas. Estão neste caso, por exemplo, serviços de turismo e entretenimento.

Apesar de discordâncias em relação a pontos específicos, há consenso de que a simplificação e a transparência trazidos pela **reforma tributária** contribuirão para a obtenção de ganhos de produtividade e competitividade, resultando em crescimento econômico ao longo do tempo. Se a expectativa se confirmar, os ganhos da **reforma tributária** são amplos e gerais.

. Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV/IBRE

**Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/jose-paulo-kupfer/2023/07/08/falta-a-prova-do-pudim-para-cravar-ganhadores-e-perdedores-com-a-reforma.htm>**

# Reforma tributária: ao menos seis nomes já são cotados para relatar proposta no Senado

BRASÍLIA - Ao menos seis nomes já circulam no Senado como possíveis relatores da **reforma tributária**. As conversas sobre o tema na Casa ainda estão longe de se afunilar -- a Câmara concluiu a votação do projeto só nesta sexta-feira.

Nessa situação, os nomes são cotados nos corredores do Congresso com base nos comportamentos de senadores e no que é possível inferir a partir do contexto político. Os mais citados são:

Eduardo Braga (MDB-AM) - Aliado de Luiz Inácio Lula da Silva e líder do MDB. Sua bancada é a segunda maior da Casa (empatada com o PL, partido de oposição). Pesa contra ele ser do Estado com um dos interesses mais diretos na **reforma tributária**, a Zona Franca da Manaus;

Otto Alencar (PSD-BA) - Líder da maior bancada do Senado, aliado de Lula. Também é correligionário e próximo de Rodrigo Pacheco, presidente do Senado. Pesa contra ele o fato de o PSD já ter tido a relatoria de outro projeto estruturante para a economia, a nova regra fiscal, que ficou sob os cuidados de Omar Aziz (AM);

Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) - Um dos nomes fortes do União Brasil, é presidente da Comissão de Constituição e Justiça e tem bom trânsito nos mais diversos setores do Senado. Alcolumbre foi o principal negociador das indicações de filiados ao União Brasil para ministérios. Pesa contra Alcolumbre seu partido ser desunido e ter integrantes na oposição;

Efraim Filho - Líder do União Brasil, é relator de um grupo de trabalho que adianta a discussão da **reforma tributária** na Comissão de Assuntos Econômicos. Tem estreitas relações com o setor privado. Ficará mais forte no páreo se Pacheco optar por um nome menos alinhado ao governo. Assim como no caso de Alcolumbre, a situação do partido pesa contra Efraim.

Também foram mencionados ao Estadão/Broadcast, ainda que como probabilidades menores:

Vanderlan Cardoso (PSD-GO) - é citado por presidir a Comissão de Assuntos Econômicos;

Jaques Wagner (PT-BA) - seria uma opção caso Pacheco decida trazer o Planalto para mais perto das

discussões e carimbar o projeto como uma pauta do Executivo - Wagner é líder do Governo na Casa.

A **reforma tributária** só começará a ser analisada no Senado no segundo semestre, depois do recesso do Legislativo. Rodrigo Pacheco terá várias semanas para avaliar o cenário político e definir o relator - esse é o motivo de Wagner mencionado, no futuro a pecha de governista pode não ser danosa à tramitação. Nome

O relator é especialmente importante em propostas de emenda à Constituição (PECs) como a da **reforma tributária**. Esses projetos só são aprovados pelo Congresso se houver concordância integral entre Câmara e Senado. Em projetos de lei, por exemplo, a Casa que tiver iniciado a discussão pode descartar as alterações que a outra fizer e enviar o texto a sanção.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/reforma-tributaria-ao-menos-seis-nomes-ja-sao-cotados-para-relatar-proposta-no-senado,725537ca6987754644c1863cb03f5a8c71zs4wn0.html>



# Aprovada a reforma, Centrão espera que o governo retribua

## Brasília

Deputados ainda querem um aceno concreto do governo Lula, com entrega de ministérios ao Centrão, para garantirem a votação de projetos de lei de interesse do governo, como o arcabouço fiscal. O recado foi dado nesta sexta-feira, 7, na negociação para a aprovação do voto de qualidade do governo para o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O projeto acabou aprovado na Câmara por votação simbólica, em que apenas os líderes partidários se manifestam. O arcabouço fiscal só deve ser votado em agosto.

No caso da **reforma tributária**, foi considerável a adesão de parlamentares do PL na votação. Dos 99 deputados do partido, 20 votaram a favor da proposta, que tinha entre seus principais adversários o ex-presidente Jair Bolsonaro, principal líder da agremiação.

Mais cedo, o clima interno na Casa era de que a votação do **Carf** seria adiada, não pela resistência ao mérito do texto, mas principalmente pela dificuldade na articulação política. Em votação histórica, a Câmara aprovou na noite desta quinta-feira, 6, a **reforma tributária**. Para isso, o governo assumiu compromissos, e muitos parlamentares queriam garantias de que eles serão cumpridos.

O clima, no entanto, melhorou. De acordo com relatos ouvidos pelo Estadão/Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o governo mostrou empenho nos últimos dias em resolver os espaços pactuados, atendendo principalmente União Brasil, Republicanos e PP. Ontem, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, se reuniu com os principais líderes partidários da Câmara para resolver as insatisfações.

## Esporte

Um dos ministérios em negociação é o do Esporte, de Ana Moser, que seria destinado ao Republicanos. O partido de Marcos Pereira vem resistindo a ocupar espaços no primeiro escalão da gestão petista por causa do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, filiado à legenda e considerado competitivo para disputar o Planalto em 2026.

A saída para não associar a sigla ao governo petista seria indicar um nome da cota pessoal, que não seja necessariamente um parlamentar. O deputado Silvano Costa Filho (PE), próximo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tenta se credenciar para o cargo, mas o partido resiste a indicar um filiado.

## Desenvolvimento

Para atender o PP, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), o governo negocia o Ministério do Desenvolvimento Social, hoje comandado pelo ex-governador Wellington Dias. Apesar de ser do quadro histórico do PT, Dias é senador licenciado e não ficaria fora da vida pública. Além disso, nos bastidores, avalia-se que o ministro não tem tido um desempenho positivo na pasta, já que comanda uma das principais vitrines do governo, mas não entrega na mesma proporção. Até mesmo integrantes do PT dizem que ele não faz jus ao tamanho da pasta responsável pelo Bolsa Família.

O PP vinha se movimentando para controlar o Ministério da Saúde, comandado por Nísia Trindade e com um orçamento de R\$ 188,3 bilhões neste ano. Lula, no entanto, resistiu a atender o pleito. Parlamentares da legenda reclamam de que entregam mais votos do que partidos com ministérios e não têm espaço no governo.

Já com o União Brasil o acordo é pelo Ministério do Turismo. Daniela Carneiro está para deixar o cargo, que será destinado ao deputado Celso Sabino (União Brasil-PA). A demora em resolver o impasse no Turismo - a saída de Daniela estava definida desde a segunda semana de junho, mas só foi sacramentada anteontem - se deve ao fato de que o União só aceita comandar a pasta se tiver também o controle da Embratur, hoje sob comando de Marcelo Freixo. O líder do partido na Câmara, Elmar Nascimento (BA), quer um ministério completo.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/07/08/aprovada-a-reforma-centrao-espera-que-o-governo-retribua.htm>

# Reforma tributária atende algumas atividades de turismo e deixa outras de fora

**São Paulo, 07**

A articulação dos empresários do setor de turismo surtiu efeito, mas de forma parcial: o texto da **reforma tributária** aprovado na Câmara dos Deputados incluiu apenas algumas atividades do setor entre aqueles que terão benefícios.

A reforma garantiu o direito a regimes tributários específicos para serviços de hotelaria, parques de diversão e temáticos, restaurantes e aviação regional. Estes segmentos não estavam no texto original e foram incluídos de última hora nas discussões na Câmara.

No entanto, outras atividades turísticas que também pleiteavam esse direito ficaram de fora, como foi o caso das agências de viagem, feiras e eventos, e cruzeiros marítimos, por exemplo.

Fizemos uma pressão bastante grande em Brasília. Toda articulação que fizemos foi em prol do conjunto de turismo. Não sei por que fizeram esse recorte no texto final, disse o presidente do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (Fohb), Orlando de Souza. Gostaríamos que outros setores também fossem incluídos, porque ficaria menos complicado estabelecer uma alíquota lá na frente.

Os setores com direito a regimes tributários específicos terão tratamento diferenciado nas regras de aproveitamento de créditos tributários e na base de cálculo. Além disso, haverá tributação com base na receita ou no faturamento em vez do valor adicionado na cadeia.

Souza acrescentou que continuará a articular no Senado, em conjunto com outros representantes do setor do turismo, defendendo a alíquota diferenciada para toda a categoria.

## Hotelaria

O argumento para incluir a hotelaria no rol de setores com regime tributário específico foi que o setor é um dos maiores geradores de emprego do País, além de funcionar como porta de entrada para o mercado de trabalho. A hotelaria, em geral, é intensiva em mão de obra. A robotização está distante. Além disso, o setor emprega mão de obra de baixa qualificação. Muitas

vezes, os hotéis funcionam como primeiro emprego, e isso é uma característica importante.

Outro ponto é que o setor de hotelaria no Brasil tem uma carga tributária mais alta que a de países onde o turismo atrai milhões de visitantes anualmente. Alemanha, Espanha, Itália e França, por exemplo, têm um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na faixa de 7% a 10% para turismo. No Reino Unido, é zero. Em todos os casos, o IVA do turismo está abaixo da média das economias locais. Aqui, ainda não se sabe qual será a alíquota base do IVA, mas houve sinalizações de que poderia ficar em 25%. O turista internacional não paga imposto ou paga pouco. Se não tivermos isso aqui, ficaremos em desvantagem competitiva, defendeu Souza.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/07/08/reforma-tributaria-atende-algumas-atividades-de-turismo-e-deixa-outras-de-fora.htm>

# Medicamentos, frutas, ovos: veja a lista de itens que podem ficar isentos na reforma tributária

Por g1

A **reforma tributária**, projeto que muda o modo como os **impostos** são cobrados no país, avançou na Câmara dos Deputados na madrugada desta sexta-feira (7). O texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece as bases da transformação do sistema tributário teve 375 votos a favor, 113 contra e três abstenções.

O objetivo central da reforma é simplificar a cobrança com a criação de dois **impostos** sobre Valor Agregado (IVAs), que substituem cinco **tributos** federais, estaduais e municipais. Mas boa parte das decisões ainda serão tomadas em lei complementar, que especificará itens deixados em aberto pela PEC.

Um desses temas é a possibilidade de isentar a cobrança dos IVAs sobre uma série de bens e **tributos**. Veja abaixo a lista de itens que poderão ficar isentos da cobrança do futuro IVA:

alguns medicamentos específicos, como os utilizados para o tratamento contra o câncer produtos de cuidados básicos à saúde menstrual dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência produtos hortícolas, frutas e ovos redução de 100% da alíquota do IVA federal (chamado de CBS) incidente sobre serviços de educação de ensino superior (Prouni) possibilidade de um produtor rural pessoa física ou jurídica com receita anual de até R\$ 3,6 milhões ficarem livres de recolher o futuro IVA possibilidade de zerar os IVAs sobre atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística

Além das isenções, os produtos e serviços poderão fazer parte de outras três categorias, que definirão o tamanho da alíquota que terão de arcar. São elas:

Isentos; Alíquotas reduzidas; Alíquota geral; Imposto seletivo, ou imposto do pecado ;

LEIA MAIS

**Reforma tributária:** o que deve mudar nas cobranças de IPVA e IPTU Cesta básica isenta, cashback e IPVA

para jatinhos: veja os principais pontos

Alíquotas reduzidas

Durante as negociações para aprovação da reforma na sexta-feira, o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), trouxe atualizações nos dispositivos que tratam da redução das alíquotas dos dois IVAs para determinados bens e serviços. Ele acrescentou mais três setores no rol.

Também houve alteração no percentual de redução da alíquota dos **tributos**. Originalmente, Ribeiro havia proposto uma redução de 50%. A PEC agora estabelece corte de 60%.

Com isso, a alíquota incidente será equivalente a 40% do IBS (IVA estadual e municipal) e do CBS (IVA federal).

O relator havia proposto inicialmente a possibilidade de cortar a tributação da seguinte lista:

serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitanos medicamentos e dispositivos médicos e serviços de saúde serviços de educação produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal atividades artísticas e culturais nacionais

A essa lista de produtos e serviços Ribeiro incluiu, além das produções jornalísticas, audiovisuais e desportivas:

dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência bens e serviços relacionados à segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética e medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual

O deputado também modificou o trecho que trata dos serviços de transporte passíveis de redução da alíquota.

Na versão apresentada há duas semanas, Ribeiro

estabeleceu a possibilidade para os serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano.

Ele propõe a ampliação para transporte coletivo rodoviário, ferroviário e hidroviário, de caráter urbano, semiurbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual .

#### Alíquota geral

O texto da **reforma tributária** não estabelece os valores de cobrança dos IVAs. Segundo o parecer de Ribeiro, as alíquotas de referência do IBS e da CBS deverão ser reajustadas para incorporar a perda de arrecadação dos **tributos** extintos . O objetivo é manter a carga tributária em cada esfera federativa inalterada.

De forma geral, o texto estabelece que as alíquotas dos dois novos **impostos** serão as necessárias para replicar a carga tributária hoje existente .

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, já estimou que a alíquota do futuro IVA, necessária para manter a carga tributária, seria de 25%.

#### Imposto do pecado

A proposta prevê a criação de um imposto seletivo, de competência federal, sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (como cigarros e bebidas alcoólicas).

O imposto poderá incidir em uma ou mais fases da cadeia produtiva - por exemplo, produção e comercialização - e será cobrado nas importações, não incidindo sobre exportações

Os detalhes da cobrança e dos produtos que serão desestimulados pelo imposto serão definidos posteriormente.

Embora o imposto seja federal, a arrecadação será dividida com estados e municípios, seguindo a atual distribuição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

No relatório desta quinta, Ribeiro propôs ainda que o imposto seletivo não seja aplicado aos bens que terão alíquotas reduzidas, como produções agropecuárias.

#### Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/08/medicamentos-frutas-ovos-veja-a-lista-de-itens-que-podem-ficar-isentos-na-reforma-tributaria.ghtml>

# Manobras de Lira, traições e broncas: bastidores da aprovação da tributária

*Do UOL, em Brasília, e colaboração para o UOL, em Brasília*

A semana de esforço concentrado para votar propostas econômicas do governo Lula (PT) mostrou a força do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em sintonia com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Além disso, ficaram expostos o desejo por mais espaço na Esplanada do centrão e um racha na direita.

O que aconteceu?

A estratégia de Lira. Para garantir um quórum alto, o presidente da Casa editou um ato para permitir as votações remotas. Deu certo na tributária, que teve 382 votos favoráveis no primeiro turno e 375 no segundo.

Quem está comigo? O presidente da Câmara também utilizou um requerimento de adiamento de votação como termômetro para saber se a PEC da reforma teria adesão dos deputados. Com 357 contra o adiamento, ele continuou com a pauta da tributária com tranquilidade.

Sai ou não sai. A discussão da reforma ocorreu em meio a uma possível troca de ministros e causou mal-estar na bancada do União Brasil. O deputado Celso Sabino (PA), cotado para ministro do Turismo, tem pressa pela nomeação, mas o líder do União, Elmar Nascimento (BA), tenta negociar a autonomia para indicar aliados a outros órgãos, como a Embratur. Enquanto isso, Daniela Carneiro fica.

Também quero. O centrão pressiona para que outros partidos também entrem na negociação por ministérios e cargos. As conversas incluem PP e Republicanos e teria apoio de Lira.

Dobradinha Haddad e Lira. Como na votação do novo arcabouço fiscal, Haddad agiu pessoalmente pela aprovação da **reforma tributária**. A sintonia entre ele e Lira escancara as críticas dos deputados ao restante dos ministros palacianos, acusados de não atenderem os congressistas.

Esquenta. Antes da votação, deputados governistas gravavam vídeos para as redes sociais. Houve ainda mais empenho em gravações e fotos depois da

aprovação da PEC.

Líder. O centrão priorizou a **reforma tributária** na semana por ter sido uma demanda de Lira. Aprovado o texto, só então o grupo aceitou votar o projeto do **Carf** (Conselho Administrativo Fiscal). Foi também um aceno a Haddad e ao governo Lula após o empenho de recursos bilionários em emendas.

De olho no PAC. O novo Programa de Aceleração do Crescimento também está na mira de aliados de Lira. A expectativa era encerrar o semestre com o governo satisfeito com a Câmara para garantir espaço no programa para obras em todos os estados.

Queda de braço entre Bolsonaro e Tarcísio

A tramitação da reforma indicou como está a relação de forças na direita. Na quinta-feira de manhã, Jair Bolsonaro divulgou texto conclamando os deputados do PL a votarem contra o texto. Mas ele não conseguiu aglutinar o partido. O PL acabou dando 20 votos a favor da PEC.

A discussão também trouxe à tona diferenças internas. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), endossou a proposta e foi decisivo para seu partido apoiar a reforma.

O movimento irritou deputados bolsonaristas. Durante participação de Tarcísio em reunião do PL, ele foi interrompido por Bolsonaro e vaiado por deputados federais.

Críticas nas redes sociais e status de traidor. A equipe de Tarcísio precisou agir nas redes sociais para tentar conter a crise com os bolsonaristas. Vários comentários classificaram o governador como traidor - mesmo nome utilizado por deputados próximos de Bolsonaro na Câmara.

A situação evidenciou uma rusga que existe desde que o atual governador era ministro de Bolsonaro e tinha divergências com nomes como Ricardo Salles.

Deputados chamados de bolsonaristas raiz afirmaram que ele sai queimado com a direita. Alguns falaram que a relação pode ser reconstruída e outros afirmam que não endossam o nome dele para concorrer à Presidência em 2026.

Por outro lado, aliados de Tarcísio afirmam que a postura do governador paulista sacramentou o seu nome como um pré-candidato à Presidência.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/07/08/os-bastidores-da-aprovacao-da-reforma-tributaria-camara.htm>

# Tebet diz que Reforma Tributária foi o projeto possível: 'Não vai fazer o Brasil crescer do tamanho que gostaríamos'

*Por Renan Monteiro - Brasília*

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, ressaltou nesta sexta-feira o contentamento do governo com a aprovação da **Reforma Tributária** na Câmara, na noite de ontem. Tebet afirmou, contudo, que o texto aprovado não terá o impacto inicialmente projetado pela equipe econômica.

- Chegamos em um texto possível, que, embora não vá fazer o Brasil crescer do tamanho que gostaríamos, vai ter efeito imediato no **PIB** brasileiro, assim que ela for aprovada e promulgada - afirmou, em coletiva na cidade de Curitiba nesta tarde.

Na noite de quinta-feira, em uma decisão histórica, a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da primeira grande modificação no sistema de **impostos** do país em 58 anos.

Assim como Haddad, a ministra do Planejamento elogiou o trabalho dos parlamentares:

- A Câmara fez toda a adequação ouvindo os setores e os governadores. Adequando de acordo com as necessidades de cada região - disse.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/tebet-diz-que-reforma-tributaria-foi-o-projeto-possivel-nao-vai-fazer-o-brasil-crescer-do-tamanho-que-gostaríamos.ghtml>**



# Apesar de concessões, reforma tributária é positiva para PIB no longo prazo, dizem analistas

Por Fabricio de Castro

SÃO PAULO (Reuters) - Ainda que a **reforma tributária** faça concessões para alguns setores, o texto aprovado na Câmara dos Deputados é positivo para o crescimento econômico de longo prazo e pode servir de impulso para os ativos brasileiros, avaliam analistas do mercado financeiro.

Economistas que se debruçaram sobre o texto destacaram principalmente os efeitos positivos da simplificação de **impostos** sobre a economia. O texto aprovado em dois turnos na Câmara prevê a criação de dois **tributos** - a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de âmbito federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência de Estados, Distrito Federal e municípios - para substituir cinco **tributos** atuais.

"Apesar das concessões, como zerar **impostos** na cesta básica e a manutenção do Simples, a reforma será muito positiva para o país, aumentando eficiência na alocação de capital, trazendo maior transparência na apuração de **impostos** e reduzindo o contencioso jurídico, que é um enorme custo hoje que dificulta o crescimento do país", comentou a economista-chefe do banco Inter, Rafaela Vitoria, em nota a clientes.

Segundo ela, a reforma também traz benefícios como a não cumulatividade de **impostos** e o fim de vários regimes especiais.

Em relatório distribuído a clientes, Mirella Mirandola Sampaio e Cassiana Fernandez, do J.P. Morgan, defenderam que a **reforma tributária** aprovada na Câmara não é a ideal - como o próprio governo vem reconhecendo --, mas merece crédito.

"É um importante passo que pode levar a melhorias notáveis ??do ponto de vista econômico", escreveram.

O J.P. Morgan afirma que, ainda que os frutos da reforma demorem a aparecer, em função do período de transição previsto, valeria a pena esperar.

"Destacamos (a **reforma tributária**) como um dos temas mais importantes a serem monitorados no Brasil

ao longo do segundo semestre de 2023", acrescentaram.

O texto aprovado na Câmara prevê que o novo sistema de tributação passará a ser executado gradativamente a partir de 2026. O sistema atual deixará de valer depois de 2033. Na prática, as novas regras já começam a ser aplicadas em 2026 -- último ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar do intervalo para que o novo sistema seja totalmente adotado, alguns efeitos nas expectativas tendem a ser imediatos.

"Para os mercados, acreditamos que é um driver positivo, com impactos favoráveis sobre os mercados de risco, dado que ontem (quinta-feira) mesmo pairavam dúvidas sobre o desfecho dessa pauta", disse o economista-chefe da Órama, Alexandre Espirito Santo, em comentário enviado a clientes.

Na sessão desta sexta-feira, o dólar à vista vem se mantendo em queda de mais de 1% ante o real, enquanto o Ibovespa registra ganhos firmes, superiores a 1%, na esteira da aprovação do texto da **reforma tributária** na Câmara. A curva a termo brasileira registra queda nas taxas de juros em todos os vértices, também numa clara reação ao andamento da reforma.

Para alguns analistas, os efeitos da reforma sobre os ativos podem não parar por aí.

"Se a **reforma tributária** tornar o ambiente de negócios mais favorável e atrativo para investidores estrangeiros, pode haver um aumento no fluxo de capital para o Brasil. Esse aumento na entrada de investimentos estrangeiros pode fortalecer a moeda local, possibilitando a queda do dólar", avaliou Haryne Campos, especialista em câmbio na WIT Exchange.

Para o economista-chefe da Azimut Brasil Wealth, Gino Olivares, a **reforma tributária** pode de fato não ser a ideal, mas representa uma "melhoria significativa" em relação ao sistema "caótico" atual.

Ainda que por si só não resolva todas as questões



envolvendo a competitividade do Brasil em relação a outros países, a **reforma tributária** é vista como um primeiro passo.

"O próximo passo é consolidar uma melhora sistemática do ambiente de negócios no Brasil. Paradoxalmente, esse é um tema muito discutido, mas ao mesmo tempo bastante negligenciado na prática", disse em nota o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi.

**Site:**

***<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/07/07/apesar-de-concessoes-reforma-tributaria-e-positiva-para-pib-no-longo-prazo-dizem-analistas.htm>***

# Reforma Tributária: o que você precisa saber em 12 pontos

Por O GLOBO - Rio de Janeiro

A aprovação da **Reforma Tributária** nesta sexta-feira é considerada a maior mudança no sistema de **tributos** do país em 58 anos. Ela une **impostos** e simplifica a cobrança, facilitando a vida do governo, de empresas e de famílias, ao dar mais transparência à forma como esses **tributos** são arrecadados.

Hoje, a confusão de **impostos** é tão grande que cria ineficiências e gera disputas judiciais. O valor em litígios tributários soma 75% do **PIB**. Simplificar o sistema vai aumentar o crescimento do **PIB** e gerar empregos. O Ipea estima que a economia vai crescer 2,39% a mais até 2032 graças à reforma.

O texto ainda será analisado no Senado, onde poderá sofrer mudanças. Veja abaixo os principais pontos do projeto aprovado pelos deputados.

A reforma vai simplificar o complexo sistema tributário brasileiro. Não haverá aumento nem redução da carga tributária. E o consumidor saberá exatamente quanto paga de imposto aos governos.

Hoje os **impostos** incidem em cascata, ao longo das várias etapas de produção. Empresários, comércio e consumidores pagam imposto sobre imposto. A reforma acaba com isso.

Hoje o país tem uma babel tributária. Para alguns produtos, há 27 alíquotas diferentes de ICMS, a depender do estado em que está a fábrica ou a loja. Isso sem falar nos **tributos** federais e municipais.

Agora, haverá uma alíquota padrão para todos os produtos e serviços em todo o país. Hoje, por exemplo, perfume paga 40% de IPI (tributo federal), e água de colônia, apenas 10%. Essas distorções vão acabar.

Alguns setores terão cobrança reduzida em 60%, tomado por base a alíquota padrão, como medicamentos e atividades culturais. Outros, terão isenção, como cesta básica.

Download de software é um produto ou um serviço? Pelas regras antigas, questões como essa eram levadas à Justiça. O novo regime tributário não faz distinção entre produtos e serviços, o imposto é

cobrado sobre o consumo.

O consumidor saberá exatamente quanto pagou de **impostos** aos governos na hora de comprar um produto ou contratar um serviço. Hoje, as notas fiscais discriminam apenas o ICMS ou ISS da etapa final, e não fica claro que há imposto embutido no preço das etapas iniciais da produção.

Três **impostos** federais serão unificados no CBS. O ICMS (estadual, cobrado sobre produtos) e o ISS (municipal, cobrado sobre serviços) serão fundidos no IBS.

Hoje os **impostos** são cobrados no local de fabricação dos produtos. Agora, será cobrado no destino onde é vendido o bem. Ou seja, no destino final, no comércio, no caso dos produtos acabados. Ou no destino de venda da matéria-prima para a indústria numa etapa intermediária da produção.

Os **impostos** não vão incidir em cascata. A cada etapa da produção, indústria e comércio, ao pagar o imposto, poderão descontar o tributo recolhido por seus fornecedores. Haverá, então, um Conselho Federativo para fazer a divisão desses recursos pelos estados e municípios que abrigaram as várias etapas da produção.

Para fazer a divisão dos recursos recolhidos na forma de **tributos** ao longo da cadeia de produção, será criado um Conselho Federativo, com 27 membros de estados e Distrito Federal. Os municípios vão indicar também 27 representantes, dos quais 14 com base nos votos de cada município, com valor igual para todos, e 13 com base nos votos de cada cidade, considerando suas populações.

Os recursos arrecadados irão também para um fundo solidário, para compensar estados mais pobres e ajudar no desenvolvimento regional. Os critérios para divisão desses recursos não foram definidos. Serão determinados por lei complementar, posteriormente.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/reforma-tributaria-o-que-voce-precisa-saber-em-12-pontos.ghtml>

# Lira diz que reforma tributária deve influenciar taxa de juros

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, acredita que a **reforma tributária** deve influenciar a próxima decisão sobre a taxa de juros. O parlamentar conversou com jornalistas na manhã desta sexta-feira (7).

Ele disse que o Congresso Nacional tem atuado para aprovar matérias por mais estabilidade econômica. Segundo ele, a **reforma tributária** é vista positivamente.

Lira elogiou a atuação do deputado federal Reginaldo Lopes, que coordenou o grupo de trabalho da reforma, e o relator da proposta, Aguinaldo Ribeiro. Lembrou da atuação do ministro Fernando Haddad e destacou a atuação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Lira disse que enviou uma mensagem ao ex-presidente Jair Bolsonaro em defesa da reforma e de Tarcísio.

Com a aprovação na Câmara, o texto segue para o Senado. De acordo com Lira, já existem conversas entre as Casas para construir consensos e agilizar a votação, caso ocorram mudanças e o texto volte para análise dos deputados.

**Site:** <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-07/lira-diz-que-reforma-tributaria-deve-influenciar-taxa-de-juros>

# Por que a reforma tributária é boa notícia para o mercado de ações

**Colunista do UOL**

A **reforma tributária** é uma boa notícia para o mercado de ações no Brasil porque a simplificação da cobrança de **impostos** no Brasil tende a favorecer companhias eficientes, aquelas que conseguem equilibrar no centavo os seus custos e disputar o mercado sem depender de favores do governo.

O fundamental:

Há dois fatores pelos quais companhias listadas na B3 podem capturar ganhos com a simplificação do número de **impostos** e **tributos** e da maneira como eles são cobrados:

1) Da porta da empresa para dentro:

2) E da porta para fora:

Óbvio que os custos com ineficiências tributárias não desaparecerão em dez anos, mas a expectativa é que, com um sistema menos macarrônico, as despesas de companhias tendem a cair e aparecer no balanço na coluna de lucro operacional.

Eficiência produz ganhos para o mercado, para o consumidor e para o acionista.

Dividendos devem passar a ser tributados, mas essa mudança já está cantada desde o ano passado.

A **reforma tributária** traz avanços óbvios na simplificação, mas ainda tem algumas pegadinhas para cima do bolso do contribuinte, na análise dos economistas Felipe Salto, Josué Pellegrini e Fernanda Castro, da Warren Rena:

Entendemos que os princípios da não cumulatividade e do destino, além da simplificação, são corretos e devem ser buscados. No entanto, entendemos que as exceções colocadas no texto, a transição mal calibrada, a governança do imposto (por meio do Conselho Federativo), a preservação dos incentivos do ICMS por meio de subsídios (com o Fundo de Compensação de Incentivos do ICMS), dentre outras dificuldades que ficaram para tratamento por leis complementares, colocam um viés negativo sobre o resultado final .

O texto segue para o Senado, onde precisa de votos de 3/5 dos senadores, em duas votações, para ser aprovado.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/colunas/graciliano-rocha/2023/07/07/por-que-a-reforma-tributaria-e-boa-noticia-para-o-mercado-de-acoes.htm>

# Entenda como fica o cashback na reforma tributária aprovada na Câmara

Por Paula Martini, Valor - São Paulo

O texto da **reforma tributária** aprovado na Câmara dos Deputados prevê a possibilidade de devolver para as famílias parte do imposto pago sobre determinados produtos por meio de um "cashback".

A ideia é que o mecanismo seja utilizado pela parcela mais pobre da população como forma de reduzir as desigualdades de tributação e distribuição de renda. O governo estuda algumas propostas nesse sentido.

## Unificação dos **impostos**

A proposta apresentada pelo relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) unifica os cinco **impostos** em vigor no país - IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS - em apenas dois. São eles o CBS (Contribuição Sobre Bens e Serviços), que vai substituir o IPI, PIS e Cofins, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que irá aglutinar ICMS e ISS, cobrados em nível estadual e municipal.

A devolução de parte do dinheiro ao contribuinte está prevista por meio da CBS (nova contribuição federal que substitui o PIS/ Cofins) e do IBS (imposto de estados e municípios que substitui o ICMS e ISS).

Como vai funcionar?

O texto aprovado pelos deputados estabelece o mecanismo de cashback, mas define que o tema será regulamentado posteriormente por meio de uma lei complementar.

Um dos formatos estudados prevê o cruzamento do CPF do consumidor, informado no momento da compra, com dados da **Receita Federal** e do Cadastro Único (CadÚnico), que reúne informações sobre famílias brasileiras em situação de pobreza e pobreza extrema.

Caso o cliente e o produto comprado se encaixem no perfil a ser definido pelo governo, o imposto será devolvido.

A devolução será feita na hora?

Esse é outro ponto a ser definido. Uma das possibilidades analisadas pelo Ministério da Fazenda é devolver o valor logo na boca do caixa. Isso poderia

ser feito por meio de desconto no ato da compra, segundo o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernardo Apy.

Outras possibilidades seriam a devolução como crédito, por meio da conta-corrente, por exemplo, ou por Pix. Uma alternativa também em estudo é adicionar o crédito no cartão de um benefício social, como o Bolsa Família.

**Site:**

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/07/07/entenda-como-fica-o-cashback-na-reforma-tributaria-aprovada-na-camara.ghtml>

# Impacto no bolso: saiba o que muda na cobrança do IPVA e IPTU com a reforma tributária

Mudanças na cobrança do Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) e de Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) estão previstas no texto-base da **reforma tributária**, aprovada pela Câmara dos Deputados na madrugada desta sexta-feira, 7.

Cobrança de bens que atualmente não são taxados, como jatos, iates e lanchas estão entre as mudanças no IPVA. O texto prevê também um imposto progressivo com base no impacto ambiental do veículo. Carros movidos a combustíveis deverão pagar um percentual maior do imposto do que os elétricos.

Há também margem para a progressividade do imposto com base no valor do veículo. A medida propõe um critério de diferenciação para incentivar a compra de veículos mais sustentáveis e aumentar o imposto cobrado de modelos mais caros.

Já em relação ao IPTU, o texto-base propõe uma atualização na base de cálculo do imposto, atendendo a pedidos da Confederação Nacional dos Municípios (CMN). A ideia é possibilitar às prefeituras uma atualização na base de cálculo do imposto através de decretos, com base nos critérios previstos nas leis municipais.

A PEC 45/19 é de autoria do relator e deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O texto-base - que recebeu 382 votos favoráveis e 118 votos contrários no primeiro turno e 375, e 113 contra, no segundo - segue para o Senado Federal, onde só deve ser votado no segundo semestre deste ano.

Resumo da **reforma tributária** (PEC 45/2019)

Extinção de cinco **tributos**

Criação do IBS

No lugar desses cinco **tributos** que seriam extintos, surgiria um imposto unificado: o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) nos moldes de um Imposto sobre Valor Agregado.

Criação de Imposto Seletivo

Também seria criado o Imposto Seletivo.

Repartição da Receita

O IBS criado visa facilitar a vida do contribuinte, que pagaria o imposto com apenas uma alíquota. Entretanto, internamente, o valor arrecadado seria dividido entre o poder federal, estadual e municipal.

Gestão Unificada

A arrecadação do IBS e a distribuição da receita seriam geridas por um comitê gestor nacional, com representantes de cada ente.

Devolução tributária para os mais pobres

Devolver parte da arrecadação tributária às famílias mais pobres, em que o imposto pago seria devolvido através de um mecanismo de transferência de renda.

Transição entre modelos

Como a reforma afeta a capacidade tributária da União, Estados e Municípios, a transição proposta para o fim dos cinco **tributos** será de oito anos, de 2026 a 2033. Já a transição da distribuição da arrecadação, para evitar perdas para alguns Estados, seria de 50 anos, de 2029 a 2078.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/impacto-no-bolso-saiba-o-que-muda-na-cobranca-do-ipva-e-iptu-com-a-reforma-tributaria,1db04db03a0b6e00b3eafeef96797896j1498ole.html>

# Reforma está na metade, falta o rico no Imposto de Renda, diz economista

A **Reforma Tributária** sobre o consumo, que tem sido proposta há mais de 30 anos pelo poder econômico, foi aprovada na Câmara dos Deputados. Cumprida essa etapa, teremos espaço no Congresso para discutir a taxação da renda e da riqueza e incluir o rico no Imposto de Renda, como prometeu corretamente Lula?

A questão foi colocada à coluna por Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que coordenou a elaboração da proposta de **Reforma Tributária** abraçada por partidos que hoje estão no governo, como o PT, durante o governo Bolsonaro.

Ou a **Reforma Tributária** vai sair da agenda porque o poder econômico não quer se tribute sua renda e riqueza?

Parlamentares da esquerda defendem que a **Reforma Tributária** precisa atacar a regressividade de nosso sistema de cobrança de **impostos** sobre a renda. Hoje, os muito ricos, que deveriam arcar com alíquotas maiores, são preservados e pagam, não raro, mais imposto que os muito pobres.

Esse posicionamento foi, inclusive, defendido pela presidente do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann, em entrevista ao UOL nesta quinta (6).

Para uma ala de economistas ligados ao partido, o sistema tributário brasileiro tem, dois problemas. Primeiro, a ineficiência econômica de um sistema confuso e complexo de **impostos**. Para isso, o pacote aprovado pela Câmara, na madrugada desta sexta (7), contribui de forma positiva ao simplificá-lo.

Mas o segundo ponto é, em sua avaliação, o mais importante: a concentração de renda e a regressividade na cobrança de **impostos**. Nesse sentido, o Brasil está atrasado em relação a países capitalistas centrais que adotaram um sistema progressivo de cobranças de **impostos** sobre a renda.

A reforma sobre o consumo fará uma redistribuição regional, ou seja, estados mais pobres podem ter uma receita maior. Mas do ponto de vista da distribuição da renda, o efeito é irrisório, mesmo com o cashback, afirma Fagnani. Ele se refere ao dispositivo para a devolução de uma parte do imposto cobrado aos mais

pobres.

Aponta que, para funcionar a contento, o mecanismo demandaria um mercado formal, enquanto que, na maioria dos locais vulneráveis, o que reina é a economia informal. Hoje, 28% da renda dos 10% mais pobres é capturada por **impostos**. Com a reforma sobre o consumo, isso cairia pra 26%, mesmo com o cashback. Essa etapa da reforma não é redistributiva, diz.

Apesar de ter sido aprovada a extensão da cobrança de IPVA para jatinhos e aviões e alguma progressividade sobre o ITCMD, o imposto sobre heranças e doações, o Brasil continua tendo um dos sistemas mais regressivos do mundo segundo o economista.

As alíquotas de imposto sobre herança chegam a 30% na Alemanha, 40% nos Estados Unidos, 45% na França e 50% no Japão - com deduções e isenções, na prática, a porcentagem do patrimônio efetivamente arrecadado é menor. Mas, por aqui, as alíquotas do ITCMD, que variam de acordo com a unidade da federação, têm teto de 8%.

A **Reforma Tributária** precisa ser global porque tributamos muito consumo e pouco a renda e a riqueza. Ela teria que recalibrar a base de incidência dos **impostos**, reduzindo o montante cobrado sobre o consumo e sobre a folha de pagamentos e compensar essa perda com o aumento da arrecadação sobre a renda e a riqueza dos mais ricos, diz o professor da Unicamp.

Fagnani diz que o fatiamento da reforma em duas partes é ruim porque não se trata de duas coisas diferentes, mas de uma só.

Essa era a proposta de seis partidos (PT, PSB, PDT, PC do B, PSOL e Rede), oposição durante a gestão Bolsonaro e agora base do governo.

Para ele, isso beneficiaria empresas e as pessoas pobres. E a fim de afastar o medo da classe média que vê a si mesmo como classe alta, alerta: quem teria que pagar mais imposto são 400 mil contribuintes que ganham mais de R\$ 300 mil por mês.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou que



uma **Reforma Tributária** sobre a renda virá no segundo semestre. Mas não há consenso sobre isso no Congresso.

Vale lembrar que o próprio o ministro da Economia Paulo Guedes queria taxar dividendos recebidos de empresas, que são isentos no Brasil desde 1995. Em contrapartida, propunha reduzir o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas a fim de aumentar investimentos. Foi bombardeado.

Hoje, a classe média paga mais **impostos** em relação à sua renda do que multimilionários e bilionários devido exatamente à não-taxação de dividendos, à baixa taxaço de Imposto de Renda de Pessoa Física, entre outras manobras.

Tributar os super-ricos pode arrecadar cerca de R\$ 292 bilhões anuais. É o que defenderam a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**), os Auditores Fiscais pela Democracia (AFD), o Instituto Justiça Fiscal (IJF), entre outras instituições. Eles apresentaram 11 propostas legislativas que estão em consonância com o plano de **Reforma Tributária** formulado pelos seis partidos, que também tramita no Congresso.

Apenas o Imposto sobre Grandes Fortunas arrecadaria R\$ 40 bilhões nos cálculos desse grupo de entidades, maior que o orçamento do Bolsa Família. O resto viria de uma maior progressividade do Imposto de Renda de Pessoa Física (R\$ 160 bilhões, incluindo a taxaço progressiva de dividendos), no aumento temporário da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de setores econômicos com alta rentabilidade (R\$ 30 bilhões), pela criação da Contribuição Social Sobre Altas Rendas (R\$ 25 bilhões), entre outros.

O Imposto sobre Grandes Fortunas taxaria patrimônios superiores a R\$ 10 milhões, abraçando 60 mil pessoas. A tributação sobre patrimônio é criticada entre determinados economistas, que defendem que os bilionários brasileiros iriam tirar o dinheiro do país.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/07/07/reforma-esta-na-metade-falta-o-rico-no-imposto-de-renda-diz-economista.htm>



# Reforma tributária: Setor siderúrgico vê ganho de competitividade e indução ao crescimento

Por Ivo Ribeiro, Valor - São Paulo

"Foi uma vitória histórica, espetacular", afirma Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil, sobre a aprovação da **reforma tributária**. A entidade reúne as companhias siderúrgicas instaladas no país, como Usiminas, ArcelorMittal, Gerdau, Ternium, entre outras.

Com a reforma, finalmente, após décadas de tentativas, diz o dirigente do Aço Brasil, ganham a indústria, a agricultura, serviços, o comércio e - principalmente - o país.

"Na reta final das discussões e até a votação, muita gente que não acreditava, passou a acreditar, superando as fake news de que haveria elevação da carga de **impostos**", afirma Lopes.

Ele destaca que, conforme um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais, em 15 anos as mudanças tributárias vão permitir um crescimento no **PIB** brasileiro de 12%, na média, apenas como efeito da reforma.

No setor industrial, serão 16,6%; no agronegócio, 10,6%; e na atividade de serviços, 10,1%. "Isso significa um impacto de R\$ 1,2 trilhão a mais considerando a base do **PIB** do ano passado", diz.

Lopes destaca que, com a aprovação, o país vai seguir o padrão de 170 países no mundo que adotam sistema moderno de tributação, o IVA (Imposto de Valor Agregado). "O nosso é totalmente obsoleto", diz.

Para o executivo do Aço Brasil, a primeira grande virtude é a simplificação, com o fim da cumulatividade dos **impostos**. "É um grande ganho".

Um problema que existe, informa, são os resíduos nas exportações da indústria, que na média atinge 6%. Na siderurgia é 7%. Destaca que esses créditos não são devolvidos. Como exemplo, apenas a siderurgia tem R\$ 9 bilhões de créditos, com as cinco maiores empresas acumulando mais de R\$ 1 bilhão cada uma.

Lopes afirma que a balança comercial de produtos

manufaturados do país, de forma recorrente, acumula déficits. Foram US\$ 111 bilhões em 2021 e US\$ 128 bilhões no ano passado. "É uma excecência, pois trata-se da exportação de produtos de maior valor agregado", observa.

Lopes diz que a **reforma tributária** era um dos grande pontos da Agenda Brasil. Era apontada como o indutor da retomada do crescimento econômico e recomposição sistêmica da competitividade do país. "O Custo Brasil, de R\$ 1,7 trilhão, representa 19% do **PIB** brasileiro, o que cria entraves para produzir e empreender no país", acrescenta.

Para Lopes, a reforma traz ainda justiça na carga tributária intersetorial. "Alguns, como a indústria, pagam mais. Outros pagam menos. E quem não paga nada, passa a pagar. No final, todos os setores ganham porque o país, como um todo, ganha".

Site:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/07/07/reforma-tributaria-setor-siderurgico-ve-ganho-de-competitividade-e-inducao-ao-crescimento.ghtml>

# Reforma tributária ainda pode quase triplicar carga do setor de serviços, diz FecomercioSP

## São Paulo

As mudanças feitas na **reforma tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados são incapazes de evitar um aumento de até 171% nos **impostos** pagos pelos setores de serviços e comércio e precisam ser corrigidas pelo Senado, afirmou em nota a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Segundo a federação, da forma como está, a reforma resultará em aumento na tributação principalmente das empresas de médio porte, tributadas pelo lucro presumido, e provocará demissões, fechamento de negócios e piora no desempenho da economia.

A FecomercioSP criticou a aplicação de alíquotas menores apenas para atividades específicas do setor de serviços, como saúde e educação. Esse procedimento deveria ser estendido para todos os demais segmentos que o integram. Justamente por ser o setor que mais emprega na País, sua maior despesa é com a folha de salários, que não gera crédito e, conseqüentemente, acaba sendo penalizado nessa sistemática, acrescentou.

A associação defende que, durante a tramitação no Senado, o texto seja modificado para garantir a redução ou manutenção da carga tributária setorial, sem aumento de **impostos** para o segmento de comércio e serviços, e que seja adotada uma legislação nacional para o ICMS e o ISS - **impostos** hoje recolhidos pelos Estados e municípios, respectivamente.

O texto da **reforma tributária** aprovado pela Câmara cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS estadual e o ISS municipal, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que ficará no lugar de **tributos** federais, como o PIS e a Cofins.

A proposta também cria um Imposto Seletivo que compensará o fim do IPI e servirá para desestimular o uso de produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente. O princípio da reforma é deslocar a cobrança do imposto da origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida).

O texto também reduz a alíquota dos regimes favorecidos em 60% da alíquota padrão. Na prática,

haverá uma carga tributária correspondente a 40% da padrão, que ainda será definida, mas é estimada em 25%.

A proposta também inclui uma trava de segurança para evitar o aumento da carga tributária com as modificações no sistema de **impostos** no País.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/07/07/reforma-tributaria-ainda-pode-quase-triplicar-carga-do-setor-de-servicos-diz-fecomerciosp.htm>

# Lira reúne líderes para tentar votar Carf e arcabouço nesta sexta-feira de olho no Copom

Por Ricardo Brito

BRASÍLIA (Reuters) -O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), convocou uma reunião com os líderes da Casa para tentar viabilizar a votação dos projetos do arcabouço fiscal e do **Carf** ainda nesta sexta-feira, após a aprovação da **reforma tributária**, para concluir uma pauta considerada fundamental pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para levar o Banco Central a reduzir os juros.

Em entrevista coletiva, Lira disse que vai ouvir os líderes sobre a viabilidade de votar os dois projetos e destacou que eles podem ter impacto na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para o início de agosto, em que o Banco Central vai decidir sobre a taxa de juros.

Na ata de sua última reunião, em que manteve a Selic em 13,75%, mas abriu a porta para um corte em agosto, o Copom disse que a apresentação e a tramitação do arcabouço fiscal reduziram substancialmente a incerteza em torno do risco fiscal. Mas o Copom voltou a enfatizar que não há relação mecânica entre a convergência de **inflação** e a aprovação do arcabouço fiscal, uma vez que a trajetória de **inflação** segue condicional à reação das expectativas de **inflação** e das condições financeiras.

Nós vamos ter reunião do Copom no início de agosto... e precisamos terminar o arcabouço ratificando ou não as mudanças que o Senado fez , disse Lira.

Segundo o presidente da Câmara, o projeto que recria o voto de qualidade no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) a favor da **Receita Federal** em caso de empates nas decisões do colegiado é o que tem tido maiores dificuldades para avançar.

Lira disse que tanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm defendido a votação o quanto antes. A proposta do **Carf**, que tramita sobre o regime de urgência constitucional, tranca a pauta do plenário e por isso tem de ser votada antes do arcabouço fiscal.

É um projeto que tem uma sensibilidade muito forte e todos sabem da dificuldade legislativa que o Congresso tem com pautas da Receita, não é de hoje. É uma matéria que vai decidir trilhões de reais para o país, dívidas, multas, composições, regramento, regulamentações, então mexe com a perspectiva , disse.

Todos os parlamentares sabem que ele é base para o arcabouço porque há uma entrada muito forte de pagamentos que gerará créditos para o governo. Ele tem, dos três, a maior sensibilidade , reforçou.

Também pela manhã, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo trabalha com os líderes para tentar aprovar o novo marco fiscal ainda nesta quarta. O arcabouço fiscal foi aprovado pela Câmara em maio, mas precisa passar por uma nova análise dos deputados após ter sido modificado no Senado.

Inicialmente Lira tinha prometido que votaria as três matérias nesta semana, que deve ser a última efetiva de trabalho dos parlamentares antes do recesso. No entanto, falta ainda concluir a votação de destaques da **reforma tributária** para então, se houver acordo dos líderes, os deputados tentarem apreciar os projetos do **Carf** e do novo marco fiscal.

Com as atenções voltadas para a **reforma tributária**, o próprio relator da matéria do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), disse à Reuters na véspera que a votação do novo marco fiscal deveria ficar para agosto.

Lira ressaltou que a eventual votação das duas propostas requerem um quórum infinitamente mais fácil para a aprovação do que a PEC da reforma, que precisou do apoio de ao menos 308 dos 513 deputados.

## TRIBUTÁRIA NO SENADO

Na entrevista coletiva na Câmara, Lira também afirmou que espera que o Senado trate a **reforma tributária** com seu olhar próprio , e que faça as alterações que os senadores acharem necessárias.

O presidente da Câmara disse que já conversou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que lhe parabenizou pela aprovação da proposta. Lira disse que já conta com a possibilidade de a PEC voltar para a Câmara, e então vai buscar um alinhamento com as eventuais modificações do Senado.

Em uma publicação no Twitter nesta manhã, Pacheco parabenizou a Câmara pela aprovação da PEC e disse que cabe ao Senado agora cumprir o seu papel para entregar essa importante reforma ao país .

(Edição de Pedro Fonseca)

**Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/lira-reune-lideres-para-tentar-votar-carf-e-arcabouco-nesta-sexta-feira-de-olho-no-copom,d24b0b1d6b29a0ea0757fe5b14f693d6kctlncsv1.html>**

# Dobra número de deputados do PL que vota alinhado ao governo Lula na reforma tributária

**Brasília, 7**

Dobrou de tamanho a bancada de deputados federais do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, que votaram nesta quinta-feira, 6, alinhados ao governo Lula na **reforma tributária** no primeiro turno de votação na Câmara dos Deputados. Bolsonaro tinha pressionado seus correligionários contra a reforma e incitado ameaças de novas punições a quem votasse alinhado aos interesses do PT.

Vinte deputados do PL deram votos favoráveis à aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados. Domingos Sávio (PL-MG), um dos principais aliados de Bolsonaro, tinha estimado que ocorreriam no máximo 10 votos favoráveis ao governo. Isso porque, no dia anterior, o líder do PL, Altineu Côrtes, afirmou que parlamentares seriam punidos se dessem votos favoráveis à reforma.

Para enviar um recado aos deputados, Côrtes começou a punir nesta quinta-feira, 6, os oito deputados do PL que deram votos favoráveis ao governo na aprovação da Medida Provisória (MP) dos Ministérios, em sessão realizada no começo de junho. Nessa votação, Côrtes tinha sinalizado que votos favoráveis ao governo seriam reprecendidos.

Só que as novas ameaças do PL contra os oito deputados sequer surtiram efeito. Mesmo depois de descobrirem ao longo desta quinta-feira que foram punidos com a perda da titularidade e da suplência em Comissões da Câmara, voltaram a votar com o governo os deputados Matheus Noronha (PL-CE), Júnior Mano (PL-CE), Junior Lourenço (PL-MA), Josimar Maranhãozinho (PL-MA), João Carlos Bacelar (PL-BA) e a deputada Detinha (PL-MA).

Além desses seis deputados, também tinham sido punidos pelo comportamento na MP dos Ministérios os deputados Pastor Gil (PL-MA), que faltou à votação da **Reforma Tributária**, e Yury do Paredão (PL-CE), que se licenciou no fim de junho por motivos pessoais. Pastor Gil tinha sido um dos mais prejudicados, pois foi retirado pelo partido de Bolsonaro das Comissões da Educação e do Idoso, onde era titular, e da Comissão da Previdência, onde era suplente.

**Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/07/07/dobra-numero-de-deputados-do-pl-que-vota-alinhado-ao-governo-lula-na-reforma-tributaria.htm>**

# Ibovespa opera em alta, com reforma tributária, dados de emprego nos Estados Unidos e alta na Petrobras

## Por g1

O Ibovespa, principal índice da bolsa de valores de São Paulo, a B3, opera em forte alta nesta sexta-feira (7), após a aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados e refletindo dados de emprego divulgados nos Estados Unidos nesta manhã.

Às 10h40, o índice subia 1,18%, aos 118.811 pontos. Veja mais cotações.

No mesmo horário, as ações da Petrobras, uma das empresas com maior peso na composição do Ibovespa, avançavam 1,65%, acompanhando a valorização do petróleo no exterior e impulsionando o índice. Outras empresas exportadoras da commodity também vivem dia de alta.

No dia anterior, o Ibovespa fechou em queda de 1,78%, aos 117.426 pontos. Com o resultado, o índice passou a acumular:

Quedas de 0,45% na semana e no mês; Alta de 7,12% no ano.

O que está mexendo com os mercados?

A proposta de **reforma tributária** aprovada pela Câmara nesta quinta-feira (7), entre outros destaque, consolida cinco **impostos** em dois **impostos** sobre valor agregado (IVA), sendo um federal e o outro com gestão compartilhada por estados e municípios.

Foram 375 votos a favor e 113 contra. Mas, antes de seguir para o Senado, os deputados precisam analisar destaques (sugestões de mudança no texto original). Quatro serão votados na manhã desta sexta.

Depois, se o Senado fizer alguma alteração no texto, a proposta volta para a Câmara, onde só será votada em agosto.

LEIA TAMBÉM: O que deve mudar nas cobranças de IPVA e IPTU

A **Reforma Tributária** pode ajudar, de fato, no crescimento econômico em médio prazo. Contudo, é

preciso avaliar como o setor de serviços, que tem grande peso no **PIB**, será efetivamente impactado na prática, assim como o agronegócio, que inicialmente foi contra a proposta, afirma Alexandre Espírito Santo, economista-chefe da Órama.

O economista destaca que como boa parte dos detalhes das mudanças vai precisar ser definida em leis complementares posteriormente, a avaliação do impacto real neste momento fica prejudicada.

No entanto, Espírito Santo pontua que a aprovação é um fator positivo para o mercado financeiro.

Nos mercados internacionais, o grande destaque do dia são os dados do mercado de trabalho dos Estados Unidos. Segundo o Departamento do Trabalho, o país criou 209 mil novas vagas fora do setor agrícola em junho, bem abaixo das expectativas do mercado.

A queda indica que o mercado de trabalho está menos aquecido, o que significa que a **inflação** também pode arrefecer, já que a população terá menos dinheiro circulando.

Se a **inflação** fica controlada, as expectativas são de que os juros também parem de subir. Na quarta-feira (5), o Federal Reserve (Fed, banco central americano) mostrou um tom conservador na ata de sua última reunião, reforçando indicativos de novas altas nos próximos meses, a depender dos rumos da **inflação**.

No entanto, o especialista em mercados de capitais, Daniel Moura, destaca que essa queda também pode ser um sinal de uma recessão econômica à frente na maior economia do mundo.

Quando um relatório revela uma criação de emprego menor do que a expectativa ou um aumento significativo na taxa de desemprego, isso pode indicar um enfraquecimento da economia, o que pode levar a uma diminuição na confiança do mercado e a uma maior volatilidade. Normalmente, os investidores monitoram os relatórios do payroll como uma espécie de indicador-chave do estado da economia e realizam ajustes nas estratégias de investimento com base nesses dados, explica.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/ibovespa.html>**



# Haddad diz que governo já sente "fortemente" impacto da taxa de juros sobre arrecadação

*Por Estevão Taiar, Valor - Brasília*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira (07) que o governo federal já está "sentindo fortemente impacto da taxa de juros sobre a arrecadação".

A afirmação foi feita a jornalistas na saída da sede da pasta, depois de ele destacar a importância da aprovação de três projetos para "ajudar a fechar o Orçamento dos próximos anos" e harmonizar políticas fiscal e monetária. Os projetos em questão são: do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**; arcabouço fiscal; **reforma tributária**.

Haddad reforçou que está otimista com as perspectivas de votação da **reforma tributária** no Senado. Também destacou o papel dos governadores, que tiveram atuação importante ao colocar os interesses do Brasil acima dos demais, segundo ele. O ministro citou pessoalmente o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que "teve a gentileza de vir negociar" e deu declarações ao lado do próprio Haddad.

As declarações do ministro nesta sexta-feira foram dadas antes de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para apresentar o Plano de Transição Ecológica elaborado pelo Ministério da Fazenda. Segundo Haddad, o plano prevê ações de curto, médio e longo prazos e pode dar ao presidente da República "um protagonismo internacional" nas discussões sobre mudanças climáticas.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/07/07/haddad-diz-que-governo-ja-sente-fortemente-impacto-da-taxa-de-juros-sobre-arrecadacao.ghtml>**

# Reforma tributária: o que pode mudar na cesta básica

*Por g1 - São Paulo*

A Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno, na madrugada desta sexta-feira (7), o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**. Antes de seguir para o Senado, os deputados precisam analisar destaques (sugestões de mudança no texto original). Quatro serão votados na manhã desta sexta.

Segundo o texto, cinco **tributos** serão substituídos por dois **impostos** sobre Valor Agregado (IVAs) - um gerenciado pela União, e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios (entenda aqui).

Entre tantos, um dos principais pontos da reforma envolve um tema que mexe diretamente com a vida da população mais pobre: a cesta básica.

Críticos da proposta passaram a sugerir, nas últimas semanas, que havia possibilidade de aumento nos preços dos itens que compõem a cesta básica com os novos **tributos**.

Com a repercussão do assunto, o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), incluiu a criação de uma cesta básica nacional de alimentos com isenção de **tributos**. O que eu posso assegurar ao brasileiro é, muito pelo contrário, nós vamos preservar a cesta básica, disse o relator na terça-feira (4).

No texto aprovado, Aguinaldo Ribeiro estabeleceu a criação da Cesta Básica Nacional de Alimentos. As alíquotas previstas para os IVAs federal e estadual e municipal serão reduzidas a zero para esses produtos.

Segundo o texto, caberá a uma lei complementar definir quais serão os produtos destinados à alimentação humana que farão parte da cesta.

A discussão esbarra em um problema inicial: afinal, quais são os itens da cesta básica do brasileiro?

Não há uma resposta definitiva por enquanto. Hoje, alimentos naturais (como frutas, carnes e hortaliças) ou de baixo processamento (como queijos, iogurtes e pães) e alguns produtos de higiene e limpeza já são isentos dos **impostos** federais (PIS, Cofins e, para industrializados, IPI).

Cada estado, no entanto, define uma alíquota de ICMS para cada uma dessas categorias. Essas alíquotas são zeradas para alguns produtos em alguns estados, mas podem chegar a até 33% segundo levantamento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Quanto a uma lista nacional, sabe-se que há uma relação elaborada pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) que está em análise no Ministério da Fazenda e no gabinete de Ribeiro. A relação tem 34 itens e inclui produtos que, hoje, não são considerados cesta básica no país - água sanitária, absorvente íntimo e fralda descartável, por exemplo. Veja a seguir:

**Site:**

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/07/reforma-tributaria-o-que-pode-mudar-na-cesta-basica.ghtml>

# Relator inclui trava para tentar evitar aumento da carga tributária

## Brasília

Após forte pressão, o relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), mudou o seu parecer para incluir uma trava de segurança para evitar o aumento da carga tributária com as modificações no sistema de **impostos** no País.

No parágrafo terceiro do artigo 129, onde estava escrito que as alíquotas de referência serão revisadas anualmente, foi acrescentada a expressão visando à manutenção da carga tributária. Já a forma de revisão será definida em lei complementar.

Questionado sobre esse ponto, Ribeiro afirmou: Eu sempre disse que não haverá aumento de carga tributária. Então, é lógico que, se a gente precisa aprimorar o texto para que isso esteja mais claro e tenha efetividade, vamos fazer.

A ausência da trava foi cobrada pelo Estadão na entrevista que o relator deu na semana passada para explicar o relatório preliminar. Na ocasião, ele disse que o texto continha uma trava, o que divergiu da avaliação de tributaristas.

Após a cobrança, a equipe do relator e do secretário extraordinário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, passaram a elaborar a mudança do texto, com garantias para que não haja brechas depois na **legislação tributária**.

A carga tributária é uma relação entre a soma da arrecadação do governo e o **PIB**. Em linhas gerais, é quanto se paga de imposto em relação ao que o País produz. Esse cálculo busca analisar o fluxo de recursos financeiros direcionados da sociedade para o Estado brasileiro. Barrar o aumento da carga é uma das principais demandas dos empresários.

A função dessa trava, portanto, seria calibrar a alíquota padrão para garantir que a carga não aumente. Em 2022, a carga atingiu 33,71% do **PIB**, o maior valor da série histórica iniciada em 2010.

## Cesta básica

O novo texto da **reforma tributária**, do relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), prevê a isenção de alíquota sobre a cesta básica, mas não define quais

produtos serão classificados assim. Uma das premissas da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) é de que não haja aumento de carga tributária, mas especialistas indicam que o tratamento especial dado a alguns setores pode prejudicar esse princípio.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/07/relator-inclui-trava-para-tentar-evitar-aumento-da-carga-tributaria.htm>

# Na Reforma Tributária, parques de diversões, hotéis e restaurantes terão regime diferenciado

Em um aceno ao setor de serviços, o relator da **Reforma Tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) ampliou mais uma vez a lista das atividades que terão tratamento tributário diferenciado. Foram incluídos no rol os serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional.

Esses segmentos poderão ter alíquotas distintas e regras próprias para abatimento de créditos tributários. O setor de serviços era um dos mais críticos à reforma.

Na quarta, Ribeiro já havia atendido a pleitos do agronegócio ao estabelecer um regime tributário específico para as cooperativas.

Esses segmentos se somam a uma lista de outros setores que já contavam com tratamento diferenciado, como combustíveis e lubrificantes, que terão alíquotas uniformes cobradas em uma única fase da cadeia e possibilidade de concessão de créditos para o contribuinte.

O relator alterou também o texto para acrescentar novos setores no rol que terão redução das alíquotas do imposto.

Setores incluídos:

Setores que já estavam:

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/na-reforma-tributaria-parques-de-diversoes-hoteis-e-restaurantes-terao-regime-diferenciado.ghtml>**

# A passos cambaleantes: a revolução tributária

*Por Luciana Aguiar*

A Justice da Suprema Corte Americana, Ruth Bader Ginsburg, foi um exemplo de resiliência. É dela a frase "a mudança real, a mudança duradoura, acontece um passo de cada vez" citada aqui para lembrar que alterar a dinâmica do complexo relacionamento entre Fisco e contribuinte é um desses desafios, que precisa ser feito passo a passo.

Há quem acredite que essa relação tenha que ser de antagonismo ou que a confiança justificada signifique o compromisso em concordar com todas as interpretações e "revelar" todos os "planejamentos tributários". Mas isso está longe de ser verdade.

Relacionamentos de longo prazo devem ter alicerces sólidos, que construam pontes resistentes a intemperes, o que é especialmente difícil se houver um histórico desfavorável ao entendimento. Por isso é essencial ser estratégico e cuidadoso para que o caminho seja mais de passos para frente do que para trás.

Ao fim de 2020, a **Receita Federal do Brasil** (RFB) destacou uma equipe extraordinária para construir o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia). Convencidos de que a construção conjunta seria a maneira de garantir o seu êxito, a **RFB** convidou os contribuintes que aderiram com entusiasmo. Nesses mais de 2 anos, o Confia foi premiado e vem construindo uma curva de conhecimento mútuo, base para um relacionamento no qual o "ganha-ganha" é o objetivo e "concordar em discordar" pode ser realidade.

Mas o caminho é tortuoso e muitas vezes nos deparamos com obstáculos inesperados. O Projeto de Lei nº 2.384 que prevê que a **RFB** possa estabelecer programas de conformidade tributária é um exemplo disso.

O projeto estabelece, ao contribuinte bem classificado, algumas "vantagens" condicionadas a contrapartidas como a declaração voluntária "de atos ou negócios jurídicos relevantes para fins tributários para o qual não haja posicionamento prévio da administração tributária". Do mesmo jeito o Projeto de Lei Complementar nº 17/2022 apresenta, esse mesmo tipo de proposta.

Inaugurar o tema "programa de conformidade" condicionando-o a declaração de atos controvertidos demonstra incompreensão acerca do longo caminho a ser trilhado antes que esse tipo de exigência seja colocada na mesa.

Não se começa uma maratona pela linha de chegada! Há de se ter coerência nas ações para que a confiança nasça, cresça, prospere e se torne uma realidade. Na relação tributária existe uma assimetria a favor do Fisco, logo, cabe a ele ter a grandeza de dar os primeiros passos, preferencialmente em uma única direção.

Esses "passos" devem contemplar providências como estabilizar as regras, criar soluções alternativas ao conflito (antes que eles se instalem), orientar, simplificar as obrigações acessórias buscando a perspectiva de quem as preenche, de forma a melhorar a percepção de justiça e segurança na relação tributária. Muitos desses elementos essenciais para a promoção da conformidade são realidade em países membros da OCDE, que assim garantiram um ambiente mais favorável a implementação dos programas de conformidade.

Sabe-se que nem tudo está ao alcance da administração tributária, mas muito pode ser feito. Simplificar os módulos do SPED, reduzindo duplicidades e/ou transportando automaticamente informações, por exemplo, seria uma maneira eficiente de demonstrar que a administração é sensível aos desafios dos contribuintes.

Esse processo poderia contar com a participação dos contribuintes, o que traria oportunidade de estabelecer diálogos propositivos e conhecimento mútuo.

Adicionalmente, exigir conformidade exige avaliar o contexto no qual o contribuinte toma suas decisões e o nosso é cheio de dubiedades. Por fim, não se pode esquecer dos incentivos negativos constantemente gerados pelo poder público, como a demora na resolução de grandes causas e a forma como são definidas as modulações de efeitos.

É relevante lembrar que construir confiança requer compromissos e ações de ambas as partes, o que não é nem fácil, nem rápido. O processo deve ser dar

passo a passo, sendo que a ordem desses passos importa. Logo, antes de nos apressarmos, temos que tornar o nosso ambiente mais alinhado ao dos países que já percorreram esse caminho e as palavras-chaves são "simplificar" e "orientar" para facilitar a conformidade. Isso sim comunicará a transformação que se deseja.

As demandas impraticáveis mandam sinais trocado no atual contexto. Tratar de incentivos à conformidade no mesmo projeto da controversa discussão do "voto de qualidade do **Carf**", remete ao antagonismo e à prevalência do poder coercitivo, portanto, é algo contraditório com o paradigma que sustenta a conformidade voluntária.

Ainda há tempo de corrigir a rota e voltar a avançar na direção de um novo paradigma de relacionamento entre Fisco e contribuinte, isso sim será a melhor **reforma tributária** que o Brasil poderá ter.

A OCDE reforça a importância do incentivo à conformidade por ser uma via que favorece o Estado, aumentando a eficiência na atividade de arrecadação, ao mesmo tempo que ajuda os contribuintes reduzindo custos que decorrem de retrabalho ou erros involuntários e estudos empíricos comprovam isso.

A base de qualquer melhora no nosso ambiente tributário está na reconstrução da relação Fisco e Contribuinte. Só assim produziremos a mudança real e duradoura que tanto desejamos.

Luciana Aguiar é advogada, contadora e economista, sócia do ALMA Law, professora da FGV e conselheira fiscal do Instituto Gesto

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

**Site:** <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/a-passos-cambaleantes-a-revolucao-tributaria.ghtml>



# 'Segundo semestre pode surpreender positivamente', diz Fabri, do Bradesco

Por Mônica Scaramuzzo e Fernanda Guimarães - De São Paulo

Em meio às discussões do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária** avançando no Congresso, a expectativa é de um segundo semestre melhor que o início do ano. "O governo tem deixado claro que existe uma responsabilidade fiscal. Todos os indicadores econômicos levam a crer que o Banco Central poderá reduzir a taxa de juros. Isso é muito importante", disse Eurico Fabri, vice-presidente responsável pelas áreas de atacado do Bradesco.

Fabri assumiu o novo cargo no início do ano, quando o cenário apontava muitas incertezas, com a troca de governo tumultuada com os atos golpistas do dia 8 de janeiro e a crise da Americanas, que fechou a torneira de crédito para as empresas no país.

"Entendo que a gente está começando girar novamente a roda e podemos entrar num ciclo de prosperidade", afirmou o executivo, em entrevista concedida ao Valor na sede do banco na Cidade de Deus, em Osasco (SP). Fabri, que está no banco desde 2008 e passou os últimos quatro anos à frente do segmento de varejo, brinca que fez um "swap" com Marcelo Noronha, que assumiu, entre outras áreas, o varejo do banco.

Sob sua gestão, o segmento de atacado - que concentra o atendimento às empresas - também tem desde o início do ano a área de gestão de fortunas ("wealth management") no seu escopo, quando foi unificada com o private banking. "Decidimos crescer no [segmento de] alta renda, que traz mais estabilidade para a carteira."

Os sinais mais claros de melhora do mercado ficaram evidentes nas últimas semanas, com os recentes lançamentos de ofertas de ações. Com a abertura da janela nos últimos dias, com o cenário mais otimista, um grupo de empresas aproveitou para colocar suas transações na rua.

A rede de aluguel de carros Localiza, entre outros exemplos, colocou R\$ 4,5 bilhões no caixa por meio de uma oferta subsequente ("follow-on"), já pensando em investimentos, em uma operação com alta procura dos investidores. Nesta semana, a BRF lançou sua oferta, que abriu espaço para investimento do fundo

árabe Salic e para aumento de posição da Marfrig, somando R\$ 4,5 bilhões que prometem acomodar, por ora, a situação financeira da dona das marcas Sadia e Perdigão.

A roda começa a girar novamente e podemos entrar num ciclo de prosperidade"

- Eurico Fabri

O caminho escolhido por grandes empresas deverá abrir espaço para as de pequeno e médio portes mais adiante. "As pequenas empresas têm uma dinâmica mais parecida com as pessoas físicas", compara.

O cenário positivo poderá aliviar a pressão de uma parte das empresas que estão em reestruturação financeira. "Não existe risco não mapeado. Vamos ficar no mesmo patamar de juros por mais dois anos? Não acredito", diz Fabri. "O segundo semestre pode surpreender positivamente."

"As empresas não quebram por alavancagem, mas por falta de liquidez", afirma o chefe do Bradesco BBI, Felipe Thut, banco de investimento e um dos braços que ficam abaixo da estrutura da área de atacado comandada por Fabri. Thut observa que, após um início de ano travado para operações, uma certa normalidade já começa a ser observada, tanto na área de mercado de capitais quanto em emissão de dívida.

Segundo Fabri, há um consenso no mercado de que os juros vão iniciar uma trajetória de queda, algo que deve descomprimir a pressão sobre as empresas, que já começam a ter acesso a captação no mercado de capitais.

O vice-presidente da área de atacado do Bradesco enxerga o Brasil "underrated" (subestimado) e vê espaço para que a nota soberana do país seja reavaliada, depois de um primeiro movimento na perspectiva já feito pela agência de classificação de riscos S P. E isso será positivo para o mundo corporativo, diz.

Na área de private banking, dedicada aos clientes de alta renda, o mar já se mostra mais calmo, depois dos primeiros meses de um 2023 turbulento. "No primeiro semestre foi um 'rouba-monte' no mercado. Com as recentes ofertas, temos visto um fluxo de entrada de

recursos", disse Augusto Miranda, responsável global por esse segmento no Bradesco. Apesar do contexto, segundo o executivo, o banco conseguiu ampliar sua participação de mercado de 19% para 22% entre 2019 até o primeiro semestre deste ano.

Segundo Fabri, a união de todas essas estruturas sob o mesmo guarda-chuva busca aliar sinergias dos diferentes negócios. Um deles, como exemplo, é aproximar o empresário cuja empresa é cliente do Bradesco BBI de sua área de gestão de fortunas, também com atenção voltada para um momento de liquidez.

**Site:**

***<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/07/07/segu-ndo-semester-pode-surpreender-positivamente-diz-fabri-do-bradesco.shtml>***



# Câmara aprova texto da reforma tributária em 2º turno

Por Ana Paula Castro, Elisa Clavery e Luiz Felipe Barbiéri, TV Globo e g1 - Brasília

Em votação histórica, a Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta sexta-feira (6) o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**. A discussão sobre um novo sistema tributário brasileiro se arrasta há quase 30 anos no Brasil.

A sessão foi encerrada antes da conclusão da votação em segundo turno à 1h53. Os deputados ainda precisam analisar destaques ao texto. A análise será retomada nesta sexta às 10h.

A votação na Câmara ocorre em dois turnos. As discussões que tiveram início às 11h desta quinta. Em segundo turno, foram 375 votos a favor e 113 a favor da PEC e três abstenções. Em primeiro turno, foram 382 votos a favor e 118 votos contra. Eram necessários 308 votos para a aprovação da proposta. Finalizada essa etapa, o texto vai à análise do Senado.

Dessa vez, foi possível destravar a reforma após um esforço que uniu diferentes correntes políticas e econômicas, com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), atuando diretamente nas negociações, além do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e governadores, prefeitos e líderes partidários de diferentes correntes políticas.

Ainda que haja divergências sobre o texto, o entendimento é que a simplificação do sistema tributário é fundamental para atrair investimentos e desenvolvimento para o país, além de impulsionar o crescimento do produto interno bruto (**PIB**) do país.

Em linhas gerais, a proposta da **reforma tributária** prevê a unificação de cinco **tributos**. A última versão também prevê zerar imposto sobre a cesta básica e criar o imposto do pecado .

Esses **tributos** deixariam de existir e seriam criados dois **impostos** sobre valor agregado, os IVAs: um seria gerenciado pela União e outro teria gestão compartilhada por estados e municípios.

SAIBA MAIS:

Segundo a proposta, o período de transição para

unificar os **tributos** vai durar sete anos, entre 2026 e 2032. A partir de 2033, **impostos** atuais serão extintos. Aguinaldo Ribeiro propõe o início da transição em 2026. Nessa etapa chamada de teste:

Na primeira versão do parecer, o relator estabelecia que a migração teria início em 2026, com somente os **impostos** federais (PIS, Cofins e IPI). Três anos depois, começaria a transição para ICMS e ISS.

A inclusão dos estados e municípios já na fase de teste da alíquota foi realizada para "atender demanda dos estados", segundo Ribeiro.

"O objetivo dessa etapa é conhecer a base tributável, permitindo que se calculem as alíquotas da CBS e do IBS necessárias para substituir a arrecadação atual", argumentou.

Em 2027, PIS e Cofins serão extintos, e a alíquota do IPI será reduzida a zero, com exceção de produtos que não tenham industrialização na Zona Franca de Manaus (ZFM):

A próxima etapa prevista na transição começa em 2029, com uma redução escalonada da cobrança dos **tributos** estadual e municipal:

Com exceção da alíquota de teste, o texto da **reforma tributária** não estabelece os valores de cobrança dos IVAs. O parecer estabelece a criação de cobranças reduzidas e isenções para uma série de bens e serviços (entenda mais abaixo).

A proposta prevê, no entanto, a criação de alíquotas de referência para orientar as cobranças federal, estadual e municipal. Caberá ao Senado a responsabilidade de fixar essas referências durante o período de transição.

Os patamares estabelecidos pelos senadores ficarão em vigor até que leis federal, estadual ou municipal definam as alíquotas dos IVAs sob sua responsabilidade.

Segundo o parecer, as alíquotas de referência do IBS e da CBS deverão ser reajustadas para incorporar a perda de arrecadação dos **tributos** extintos . O objetivo é manter a carga tributária em cada esfera federativa inalterada.

No caso do IVA federal, a arrecadação do chamado imposto do pecado deverá ser computada para a redução da alíquota federal da CBS. De modo a proporcionar impacto nulo sobre a arrecadação federal durante esse período, escreveu Ribeiro.

De forma geral, o texto estabelece que as alíquotas dos dois novos **impostos** serão as necessárias para replicar a carga tributária hoje existente.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, já estimou que a alíquota do futuro IVA, necessária para manter a carga tributária, seria de 25%.

O Conselho Federativo será responsável por centralizar a arrecadação do futuro IVA estadual e municipal, que vai substituir o ICMS e o ISS. A composição e o peso de decisão de cada estado no órgão era alvo de críticas dos governadores.

Na quarta (5), ao iniciar a discussão do texto, Ribeiro não apresentou detalhes sobre o conselho e disse que o acordo seria fechado até a hora da votação. Com a nova versão do parecer, o relator atendeu a pleito dos governadores e definiu a composição da estrutura:

Segundo o texto, as deliberações do conselho serão tomadas se alcançarem cumulativamente os votos:

O formato apresentado atende aos pedidos de governadores de estados populosos, que temiam perder autonomia na gestão de recursos arrecadados e queriam um mecanismo que garantia paridade na deliberações.

A proposta prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que terá o objetivo de reduzir as desigualdades regionais. A forma como os recursos serão distribuídos entre os estados era um dos pontos em aberto.

Duração: começa em 2029, sem prazo estipulado para o fim.

Valor total do fundo: No primeiro ano, serão R\$ 8 bilhões, aumentando progressivamente até 2032. A partir de 2033, o governo federal vai destinar ao FDR R\$ 40 bilhões por ano.

Após críticas, o relator da **reforma tributária** apresentou incluiu a criação de uma cesta básica nacional de alimentos com isenção de **tributos**. As alíquotas previstas para os IVAs federal e estadual e municipal serão reduzidas a zero para esses produtos.

Segundo o texto, caberá a uma lei complementar

definir quais serão os produtos destinados à alimentação humana que farão parte da cesta.

Atualmente, a Constituição prevê a desoneração de bens considerados essenciais. Na prática, o regime diferenciado de cobrança para esses produtos alcança itens consumidos pela população de baixa renda.

Na reforma aprovada, é estabelecido um novo conceito: o "cashback". O mecanismo prevê a devolução de **impostos** para um público determinado, como a população de baixa renda.

Apesar de propor o formato, o parecer estabelece que o tema só será regulamentado depois, por meio de lei complementar.

Por essas razões, o nosso substitutivo prevê a adoção de mecanismo de devolução a famílias de baixa renda, cujo desenho constará de legislação infraconstitucional, a qual determinará o público elegível beneficiado e o montante e a forma de devolução, defendeu Aguinaldo Ribeiro.

O novo parecer de Aguinaldo Ribeiro trouxe atualizações nos dispositivos que tratam da redução das alíquotas dos dois IVAs para determinados bens e serviços. Ele acrescentou mais três setores no rol.

Também houve alteração no percentual de redução da alíquota dos **tributos**. Originalmente, Ribeiro havia proposto uma redução de 50%.

A PEC agora estabelece corte de 60%. Com isso, a alíquota incidente será equivalente a 40% do IBS (IVA estadual e municipal) e do CBS (IVA federal).

O relator havia proposto inicialmente a possibilidade de cortar a tributação da seguinte lista:

A essa lista de produtos e serviços Ribeiro incluiu, além das produções jornalísticas, audiovisuais e desportivas:

O deputado também modificou o trecho que trata dos serviços de transporte passíveis de redução da alíquota.

Na versão apresentada há duas semanas, Ribeiro estabeleceu a possibilidade para os serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano.

Ele propõe a ampliação para transporte coletivo rodoviário, ferroviário e hidroviário, de caráter urbano, semiurbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual.

A proposta prevê a criação de um Imposto Seletivo, de competência federal, sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (como cigarros e bebidas alcoólicas).

O imposto poderá incidir em uma ou mais fases da cadeia produtiva - por exemplo, produção e comercialização - e será cobrado nas importações, não incidindo sobre exportações.

Os detalhes da cobrança e dos produtos que serão desestimulados pelo imposto serão definidos posteriormente.

Embora o imposto seja federal, a arrecadação será dividida com estados e municípios, seguindo a atual distribuição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

No relatório desta quinta, Ribeiro propôs ainda que o imposto seletivo seja aplicado ao bens que terão alíquotas reduzidas.

O parecer estabelece a possibilidade de isentar a cobrança dos IVAs sobre uma série de bens e **tributos**. As decisões serão tomadas em lei complementar.

Poderão ficar isentos da cobrança do futuro IVA:

Na primeira versão do texto, somente os produtores pessoas físicas com faturamento anual de até R\$ 2 milhões não seriam contribuintes.

O relator incluiu no parecer mudanças na cobrança de **impostos** sobre renda e patrimônio.

?? IPVA para jatinhos, iates e lanchas

Pelo sistema atual, esses veículos não pagam o tributo. O texto permite a cobrança do imposto nos estados e prevê a possibilidade de o imposto ser progressivo em razão do impacto ambiental do veículo.

De fato, a intenção da proposta é trazer mais isonomia à tributação do patrimônio, permitindo que bens de alto valor e utilizados para fins recreativos sejam onerados da mesma forma que os carros utilizados pelas famílias para seu deslocamento diário, argumentou Aguinaldo Ribeiro.

O relator afirmou que a medida não tem objetivo de onerar aeronaves e barcos de transporte de passageiros ou barcos voltados à pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência. Não será cobrado também sobre plataformas de petróleo.

Esse imposto não terá o viés de onerar a atividade produtiva, seu objetivo é alcançar bens utilizados por pessoas com alto poder aquisitivo de elevado valor, que hoje não são tributados, em um claro descompasso com o imposto aplicado sobre veículos automotores de uso popular.

?? Tributação progressiva sobre heranças

Ribeiro propõe a cobrança do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) de forma progressiva em razão do valor da herança ou da doação.

O texto prevê que a cobrança será feita no domicílio da pessoa falecida. A medida tem o objetivo de impedir que os herdeiros busquem locais com tributações menores para processar o inventário.

A proposta também cria regra que permite cobrança sobre heranças no exterior.

O relator incluiu isenção do ITCMD sobre doações para instituições sem fins lucrativos "com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos".

?? Atualizações no IPTU

A pedido da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Aguinaldo Ribeiro estabeleceu no parecer dispositivo que autoriza as prefeituras a atualizar a base de cálculo do IPTU por meio de decreto, partindo de critérios definidos em lei municipal.

Facilitando que as administrações municipais alcancem o potencial arrecadatário de imóveis com alta valorização, disse.

O texto prevê ainda que, em até 180 dias após a promulgação da proposta, o governo deve enviar ao Congresso Nacional a reforma da tributação da renda.

O deputado Aguinaldo Ribeiro incluiu as cooperativas no regime de tratamento diferenciado de tributação.

Pela proposta, alguns tipos de produtos e serviços poderão receber tratamento específico por terem peculiaridades e não se adequarem ao regime geral de incidência do IVA.

Agora, o texto prevê os seguintes casos:

LEIA TAMBÉM:

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/07/camara->

***aprova-texto-da-reforma-tributaria-em-2o-turno.ghtml***

# Reforma Tributária amplia isenção de impostos para entidades religiosas e beneficia empresas ligadas a igrejas

*Por Victoria Abel - Brasília*

Uma emenda aglutinativa apresentada em plenário alterou alguns pontos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **Reforma Tributária**. Entre as mudanças, o relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) trouxe uma ampliação na isenção de **impostos** para entidades religiosas, permitindo que qualquer organização ligada a igrejas também não pague **tributos**.

Para fins do disposto no inciso II, serão observadas as imunidades previstas no art. 150, VI, não se aplicando a ambos os **tributos** b) entidades religiosas, templos de qualquer culto, incluindo suas organizações assistenciais e beneficentes; entidades religiosas, templos de qualquer culto, incluindo suas organizações assistenciais e beneficentes

O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) argumentou que o texto abre brecha para que grandes organizações evangélicas sejam beneficiadas.

- Isso quer dizer que o conjunto de conglomerados de Silas Malafaia, de Edir Macedo, vão estar todas elas livres de tributação. Houve uma ampliação nessa aglutinativa - disse Braga.

O relator confirmou a modificação e disse que foi um pedido da bancada evangélica.

- Estamos sim contemplando as organizações que são beneficentes e tenham vinculação com associações religiosas. Foi fruto de acordo com a bancada evangélica - disse Aguinaldo.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/reforma-tributaria-amplia-isencao-de-impostos-para-entidades-religiosas-e-beneficia-empresas-ligadas-a-igrejas.ghtml>

# Em movimento raro, Lira vai à tribuna para defender texto

**IANDER PORCELLA GIORDANNA NEVES BRASÍLIA**

Em um gesto incomum para um presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL) subiu à tribuna da Casa ontem à noite para fazer uma defesa contundente da **reforma tributária**.

"Vamos à vitória, pelo Brasil e pelos brasileiros", declarou o parlamentar, minutos antes de dar início à votação em primeiro turno da proposta que simplifica a cobrança de **impostos** sobre o consumo. Lira disse que "forças acorrentadas ao passado" fazem críticas infundadas à reforma e fez um apelo pela aprovação do texto.

"Estamos vivendo um momento histórico para o País e para as nossas vidas parlamentares.

O País olha para esse plenário esperando uma resposta nossa para a aprovação de uma **reforma tributária** justa, neutra, que dê segurança jurídica e promova o desenvolvimento econômico e social. Não podemos nos furtar a essa responsabilidade", disse.

O presidente da Câmara disse que a reforma não pode virar "joguete político". "A Câmara dos Deputados precisa e vai cumprir o seu papel histórico!

Sairemos daqui com a cabeça erguida! Estou seguro - e transmito isso a vocês - que vamos ter o reconhecimento da nação.

Vamos escrever nossos nomes na história do Brasil e deste Parlamento. Vamos à vitória!

Pelo Brasil e pelos brasileiros!", disse.

"Não nos deixemos levar por críticas infundadas, por análises apressadas de quem nunca quis uma **reforma tributária** que mude a face do País.

Quando o País busca olhar para frente, surgem vozes acorrentadas ao passado. Não há um brasileiro feliz com nosso atual sistema. Todos querem um sistema tributário com justiça social, simplificado e eficiente.

Isso é a chave para uma economia que quer e vai crescer", emendou.

Lira elegeu a **reforma tributária** como a prioridade do

semestre.

Em janeiro, ele criou um grupo de trabalho para avançar na discussão do texto, relatado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

PL, partido de Bolsonaro, dá 20 votos para aprovar texto na Câmara

Dos 99 deputados do PL, 20 foram favoráveis à **reforma tributária** na votação do primeiro turno. A orientação do partido no plenário foi contrária à aprovação do texto.

O próprio ex-presidente Jair Bolsonaro tentou travar a reforma, que também foi discutida no seu governo.

Na sessão de ontem, o líder do PL da Câmara, Altineu Côrtes (RJ), defendeu o requerimento para adiar a votação, mas a proposta foi rejeitada pelo plenário. O Republicanos, do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, deu 36 votos e 3 contrários.

O União Brasil, também de oposição, teve 48 votos a favor e 11 contrários. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Como a reforma afeta o preço de alimentos, remédios e de escolas

**Eduardo Cucolo**

Uma nova proposta de **reforma tributária** está em tramitação no Congresso. O que está em discussão é uma mudança dos principais **impostos** e contribuições sobre o consumo.

Depois de ser aprovada em dois turnos na Câmara, a proposta precisa passar por duas votações no Senado.

Veja quais são as principais mudanças para consumidores, empresas e entes públicos.

Vou pagar mais **impostos** depois da reforma?

A reforma prevê a manutenção da carga tributária atual sobre o consumo. Mas essa tributação será redistribuída: alguns bens e serviços terão redução de carga, e outros terão aumento.

O preço de remédios, alimentos, escolas e transporte público vai subir?

Esses quatro tipos de bens e serviços estão na lista dos que terão tributação 60% menor. Também haverá alíquota 60% menor para serviços de saúde, atividades artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais, dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência e medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual. O governo calcula que, com isso, a carga desses itens fica igual à atual ou pode ser reduzida.

O que vai acontecer com o preço dos produtos da cesta básica?

Será criada uma Cesta Básica Nacional, com uma relação de produtos com alíquota zero. Essa lista será definida posteriormente. Os produtos da cesta atual que ficarem de fora terão alíquota reduzida em 50%, o que garante a manutenção dos preços atuais.

Como vai funcionar o cashback? Quem terá direito à devolução dos créditos?

A proposta prevê a "hipótese" de devolução de parte dos dois novos **tributos** sobre o consumo a pessoas físicas, o "cashback" do povo". Os limites e

beneficiários são definidos no momento de regulamentação da reforma, o que deve acontecer em 2024.

O Devolve ICMS do Rio Grande do Sul prevê o mínimo de R\$ 100 por trimestre a todas as famílias do Bolsa Família, mais um complemento que varia de acordo com os gastos no período. Isso representa um acréscimo de 17% na renda de 95% dos 618 mil beneficiários.

Como será a tributação de planos de saúde, imóveis, turismo, restaurantes e aviação?

Alguns setores e produtos terão regras específicas para recolher os novos **tributos**, com objetivo de manter a tributação atual. São eles: combustíveis e lubrificantes, serviços financeiros, imóveis, planos de saúde, loterias, administração pública, cooperativas, serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional.

O preço dos combustíveis vai aumentar?

A questão dos combustíveis não está definida. O setor terá um sistema próprio de tributação, com objetivo de manter a carga atual, mas as alíquotas só serão definidas posteriormente. Elas serão as mesmas em todo o território nacional.

Quais os benefícios fiscais que serão mantidos?

Estão mantidos ProUni (bolsas para educação), Perse (benefícios para o setor de eventos) e Zona Franca de Manaus.

Como fica o imposto de energia e telecomunicações?

Para as empresas, esses insumos passam a gerar crédito tributário, reduzindo a carga final dos seus produtos e serviços. Esses setores também poderão usar crédito para eliminar a tributação em cascata.

Quem vai pagar mais imposto?

Cálculo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que apenas os 10% mais ricos vão pagar mais. Os outros 90% da população terão uma carga tributária menor.



Como fica a tributação dos serviços de streaming?

A reforma acaba com a tributação maior de TV a cabo, energia e internet em relação ao streaming e da venda de veículos em relação ao aluguel de carros, por exemplo.

Qual a redução de imposto para os mais pobres?

O Ipea estimou que uma alíquota única já diminui a carga dos mais pobres sobre os **tributos** da reforma. Com o cashback (devolução do imposto), é possível reduzi-la à metade.

Produtos como cerveja e cigarro vão ficar mais caros?

Segundo o novo texto divulgado na noite de quarta (5), será criado um imposto seletivo, que será aplicado sobre produtos considerados prejudiciais à saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas, além de itens prejudiciais ao meio ambiente.

A **reforma tributária** vai gerar **inflação**?

O Ministério da Fazenda calcula que, na média, a reforma tem efeito desinflacionário. Ao eliminar distorções e possibilitar uma melhor organização da atividade econômica, reduzirá custos dos empresários e, com isso, permitirá a redução de preços ao consumidor final.

A **reforma tributária** vai acabar com os empregos?

Segundo o Ministério da Fazenda, a reforma vai gerar um crescimento adicional da economia estimado entre 12% e 20%, num período de 10 a 15 anos. Isso significa em média R\$ 470 de renda a mais por mês para cada brasileiro, além de 12 milhões de novos empregos.

A reforma prejudica as empresas do Simples Nacional e os MEI, como manicures e cabeleireiros?

Não. O Simples Nacional e o MEI serão mantidos. As micro e pequenas empresas podem adotar o novo sistema da reforma apenas para recolhimentos dos novos **tributos**, aproveitando créditos de insumos. Essa é uma boa opção para quem tem clientes que também são pessoas jurídicas.

A outra opção é continuar a recolher tudo dentro do Simples no sistema cumulativo, o que pode se aplicar a pequenos comércios e prestadores de serviços.

Nos dois casos, o imposto recolhido na venda para outra empresa vira crédito para esse cliente, o que pode reduzir o preço de alguns serviços.

A **reforma tributária** vai prejudicar o agronegócio?

Pequenos produtores rurais, que representam quase 99% dos estabelecimentos agropecuários, estão isentos, assim como as cooperativas.

O exportador agropecuário terá a devolução do tributo quando o produto for vendido para outro país. Hoje, nem todo o dinheiro é devolvido. Além disso, há resíduos tributários embutidos no preço dos insumos que representam cerca de 12% do preço.

A **reforma tributária** vai prejudicar o setor de serviços?

Para os prestadores de serviço que fazem parte do Simples (cerca de 90%), a adesão ao novo sistema é opcional e pode até reduzir sua carga.

Os serviços de meio de cadeia, aqueles prestados a empresas, terão redução de custo, pois os prestadores desses serviços passarão a se creditar dos **impostos** pagos por seus fornecedores e transferir integralmente o crédito para os tomadores de seus serviços.

Serviços como saúde, educação e transporte público receberam tratamento favorecido. Com isso, estima-se que o impacto de aumento da carga fique restrito a cerca de 1% das empresas do setor.

A reforma tira a autonomia dos estados e municípios?

Estados e municípios vão gerir um tributo compartilhado (IBS), que é a fusão do ICMS com o ISS. Cada governador e prefeito terá liberdade para reduzir a alíquota geral, mas não poderá discriminar o setor que será beneficiado. Estímulos ao desenvolvimento terão de ser feitos agora via orçamento, de forma transparente, não com distorções no sistema tributário.

Produtos que têm uma cadeia de produção mais longa e empresas que compram mais insumos vão pagar menos **tributos**? Não. A reforma acaba com a **cumulatividade** e faz com que a tributação seja a mesma, independentemente do tamanho da cadeia e da quantidade de insumo. Terá mais crédito tributário a empresa que pagou mais imposto na etapa anterior de produção.

Há quanto tempo a **reforma tributária** do consumo está em discussão?

Desde e a Constituinte de 1988 já houve várias tentativas de implantar no Brasil um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) nesse formato. A proposta atual (PEC 45) foi apresentada em 2019 pela Câmara dos Deputados. O texto atual também incorpora parte

da proposta do Senado de 2019 e do projeto de governo Jair Bolsonaro de 2020.

Quais países utilizam esse sistema?

O modelo de IVA proposto está presente em mais de 170 dos 193 países do mundo.

Por que todos os países da União Europeia usam o IVA?

A maioria dos seis países originais da União Europeia usava diferentes formas de tributação indireta, com **impostos** em cascata. Isso criava um entrave à ideia de ter um mercado único.

Quando há **impostos** em cascata (tributo incidindo sobre tributo), é impossível determinar o valor real do imposto efetivamente incluído no preço final do produto. Com isso, há o risco de um país subsidiar (deliberada ou acidentalmente) suas exportações, superestimando os **impostos** reembolsáveis. Normalmente, a venda a outros países é desonerada com a devolução do tributo recolhido na cadeia de produção.

Como são as alíquotas na União Europeia?

A legislação da União Europeia exige que a taxa geral do IVA seja de pelo menos 15%. A alíquota reduzida deve ser de pelo menos 5%, aplicada a uma lista de bens e serviços (e não de setores) definida pelos países.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330&maxTouch=0&anchor=6479848&pd=43254f8d9818a279f08489a700d259a1>**

# Em votação histórica, Câmara aprova primeiro passo da reforma tributária

**Idiana Tomazelli e Victoria Azevedo**

Brasília Em uma votação histórica, a Câmara dos Deputados deu nesta quinta (6) o primeiro passo na **reforma tributária** ou unifica cinco **tributos** sobre consumo, em mais uma tentativa de sepultar o sistema criado ainda na década de 1960 e que hoje alimenta conflitos judiciais e onera empresas que operam no Brasil.

O texto-base da PEC (proposta de emenda à Constituição) foi aprovado em primeiro turno por 382 deputados -mais do que os 308 votos necessários para aprovar uma alteração constitucional Foram 118 votos contrários e 3 abstenções.

O plenário ainda apreciaria os destaques, que poderia alterar o conteúdo da proposta -o que não havia ocorrido até a publicação desta reportagem. Depois, o texto também precisa ser votado em segundo turno antes de seguir ao Senado.

A **reforma tributária** está em discussão no Congresso há mais de 30 anos. A primeira vez que se tentou unir os **tributos** sobre consumo em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) foi na elaboração da Constituição de 1988. Foi também o primeiro de uma sucessão de tentativas fracassadas de mudança no sistema

Diante desse precedente, a aprovação da reforma pode dar ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a desejada marca emblemática à sua gestão, num momento em que ele busca se cacifar perante o Planalto e dar uma demonstração de força política.

Para superar uma matéria tão espinhosa, Lira se colocou como uma espécie de fiador da **reforma tributária** e, nos últimos dias, participou ativamente da construção de acordos que permitiram destravar a votação de uma proposta que patina há anos no Legislativo.

Em um gesto inusual, Lira deixou o comando da sessão para discursar na tribuna e leu um discurso escrito "para não cometer deslizes".

"Estamos vivendo um momento histórico para o país e para as nossas vidas parlamentares. O país olha para esse plenário esperando uma resposta nossa para a aprovação de uma **reforma tributária** justa, neutra,

que dê segurança jurídica e promova o desenvolvimento econômico e social. Não podemos nos furtar a essa responsabilidade", disse.

Sem citar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o presidente da Câmara citou que seu candidato foi derrotado nas urnas em 2022, mas pediu que "deixemos as urnas de lado".

"**Reforma tributária** não é joguete político. **Reforma tributária** não é instrumento de barganha política. **Reforma tributária** não é batalha político-partidária. **Reforma tributária** não é pauta de governo. **Reforma tributária** é pauta de Estado", afirmou, sob aplausos do plenário.

Com décadas de atraso, a aprovação da **reforma tributária** pode colocar o Brasil no mapa dos 174 países que já cobram um IVA, reduzindo a burocracia para as empresas e abrindo portas para o ingresso de maiores investimentos internacionais.

Autor da PEC 45, base do texto votado nesta quinta, o deputado Baleia Rossi (MDB--SP), presidente da sigla, destacou que esta pode ser a "primeira **reforma tributária** da era democrática".

O amai desenho em vigor começou a ser estruturado em 1965, sob o regime militar, quando uma emenda constitucional criou o Sistema Tributário Nacional e instituiu a base de alguns dos **tributos** em vigência até hoje.

"Vivemos num verdadeiro manicômio tributário. Temos alíquotas diferentes para perfume e água de cheiro, para bombom e biscoito wafer. É uma insanidade", afirmou Baleia Rossi.

O texto prevê a fusão de PIS, Cofins e IPI (**tributos** federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

O sistema será dual significa que uma parcela da alíquota será administrada pelo governo federal por meio da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), e a outra, por estados e municípios pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Também será criado um imposto seletivo sobre bens e serviços cujo consumo são considerados prejudiciais à

saúde (como cigarros e bebidas alcoólicas) ou ao meio ambiente.

A implementação dos **tributos** começará em 2026, com uma alíquota teste de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS.

"O objetivo dessa etapa é conhecer a base tributável, permitindo que se calculem as alíquotas da CBS e do IBS necessárias para substituir a arrecadação atual", diz o parecer.

Em 2027, PIS e Cofins serão completamente extintos e substituídos pela nova alíquota de referência da CBS. As alíquotas do IPI também seriam zeradas, com exceção dos produtos que tenham industrialização na Zona Franca de Manaus.

Já a migração dos **impostos** estaduais e municipais para o novo IBS será mais gradual e só terminará em 2033.

Até 2028, a alíquota continuará em 0,1%. Em 2029, a cobrança de ICMS e ISS será reduzida em 1/10 por ano até 2032. Em 2033, os **impostos** atuais serão totalmente extintos.

As alíquotas definitivas de cada tributo serão definidas depois, em lei complementar, pois vão depender de cálculos efetuados em conjunto com o Ministério da Fazenda.

A reforma prevê uma cobrança padrão sobre a maior parte do consumo e uma alíquota reduzida (equivalente a 40% do valor cheio) para alguns bens e serviços elencados no texto, como serviços de saúde, educação, transporte coletivo, produtos e insumos agropecuários, medicamentos, dispositivos médicos e produções artísticas, culturais e jornalísticas.

PL dá 20 votos a favor mesmo após pressão de Bolsonaro

Apesar da pressão pública do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o que incluiu uma divergência pública com o governador e pupilo Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), o seu partido, o PL, deu 20 votos favoráveis à aprovação da **reforma tributária** na noite desta quinta-feira (6).

Maior bancada da Câmara, com 99 cadeiras, o partido ameaçou "fechar questão" contra a reforma, o que obrigaria a rejeição unânime à proposta, sob risco de punição, mas após ação de Tarcísio e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o partido decidiu apenas orientar o voto contra.

Votaram a favor da reforma, ou seja, contra as

orientações de Bolsonaro, os seguintes deputados do PL:

Antonio Carlos Rodrigues (SP), Detinha (MA), Giacombo (PR), Ícaro de Valmir (SE), João Carlos Bacelar (BA), João Maia (RN), Josimar Maranhãozinho (MA), Junior Lourenço (MA), Júnior Mano (CE), Luciano Vieira (RJ), Luiz Carlos Motta (SP), Matheus Noronha (CE), Robinson Faria (RN), Rosângela Reis (MG), Samuel Viana (MG), Tiririca (SP), Vermelho (PR), Vinícius Gurgel (AP), Wellington Roberto (PB) e Zé Vitor (MG).

A maior parte desses deputados vem do Nordeste e integra o centrão, não o chamado "bolsonarismo raiz".

Leia mais nas págs. A14 e A15

### **TRIBUTOS EXTINTOS**

IPI (federal)

PIS (federal)

Cofins (federal)

ICMS (estadual)

ISS (municipal)

### **TRIBUTOS CRIADOS**

CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)

na esfera federal

IBS (o Imposto sobre Bens e Serviços), de competência estadual e municipal

Imposto seletivo (sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente)

### **ALÍQUOTAS**

Haverá uma alíquota única como regra geral (a ser definida) e 50% de redução para os seguintes setores:

serviços de educação

serviços de saúde

dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência

medicamentos e produtos de saúde menstruai

serviços de transporte coletivo rodoviário, ferroviário e hidroviário

produtos agropecuários, pesqueiros, fio resta-se extrativistas vegetais in natura

insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal

produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais

#### OUTRAS REDUÇÕES QUE PODERÃO SER FEITAS POR LEI COMPLEMENTAR

Isenção para transporte coletivo

Redução de 100% de alíquota para medicamentos e dispositivos médicos para pessoas com deficiência, além de produtos hortícolas, frutas e ovos

Redução em 100% da alíquota da CBS incidente sobre o ProUni

Limite de receita anual de R\$ 3,6 milhões para que

o produtor rural pessoa física ou jurídica possa não pagar IBS e CBS

#### CASHBACK

Possibilidade de devolução de **tributos** a pessoas físicas, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda

#### FUNDOS

Texto cria Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com recursos da União para estados, para reduzir as desigualdades regionais e sociais

Texto prevê Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, com recursos da União

e por ela gerido (a ser criado e detalhado por lei complementar)

Institui Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiros-fiscais do Imposto, destinado a compensar benefícios a empresas que fiquem comprometidos após reforma, com repasses anuais da União a estados de 2025 a 2032, começando em R\$ 8 bilhões e chegando a um pico de R\$ 32 bilhões por exercício

#### CONSELHO FEDERATIVO (QUE VAI GERIR IBS) COMPOSTO POR:

27 membros, representando cada Estado e o

Distrito Federal;

27 membros, representando municípios e o Distrito Federal (sendo 14 representantes com base nos votos de cada município com valor igual para todos,

e 13 representantes com base nos votos de cada município ponderados pelas respectivas populações)

Entenda a **reforma tributária** sobre o consumo

#### Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330&maxTouch=0&anchor=6479848&pd=43254f8d9818a279f08489a700d259a1>

# Arcabouço e Carf emperram ante prioridade de reforma

*Victoria Azevedo, João Gabriel, Nathalia Garcia, Julia Chaib e Ranier Bragon*

As votações do PL (projeto de lei) que trata do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e do novo arcabouço fiscal emperraram na Câmara dos Deputados em meio às negociações políticas do Legislativo como Executivo e à prioridade dada pelos parlamentares à apreciação da **reforma tributária** em plenário.

Nesta quinta-feira (6), líderes de legendas do chamado centrão davam como certo que a análise dessas duas matérias ficaria para agosto, depois do recesso parlamentar. Mas, segundo interlocutores do governo, a equipe econômica não recebeu uma sinalização concreta de que a votação das matérias ficará para o mês que vem.

Após participar de reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líderes partidários e o ministro Fernando Haddad (Fazenda), o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que as matérias seriam votadas na sexta (7).

Parlamentares ouvidos pela reportagem, no entanto, evitavam ser assertivos e garantir a votação dos projetos antes do recesso.

O titular da pasta econômica demonstrou confiança no "esforço concentrado" prometido por Lira. "Eu acredito que é possível votar [até sexta-feira], agora quem tem de ver regimentalmente se cabe tudo em dois dias é o presidente [Lira] e os líderes. A ideia de colocar em votação virtual para quem eventualmente já tinha marcado volta para sua base, poder votar de onde estiver, favorece a possibilidade devotar", afirmou. Fontes do governo dizem que, na Fazenda, há o entendimento de que o arcabouço fiscal já está bem encaminhado, enquanto o possível adiamento do **Carf** preocupa.

Após o encontro desta tarde, Haddad afirmou ver prejuízo na elaboração do Orçamento caso as votações do **Carf** e do arcabouço fiquem para agosto.

"Você não entrega o Orçamento em 30 de agosto, começando a elaborar em 10 de agosto. Você não faz em 20 dias um Orçamento. Então, a aprovação do marco fiscal e do **Carf** ajuda a distribuir as cotas para

os ministérios, uma série de procedimentos administrativos que ficam mais só -lidos com as peças já aprovadas", disse.

Mais tarde, a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) minimizou as declarações de Haddad, afirmando que isso não atrapalharia o cronograma. O Planejamento discute uma saída para a elaboração do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) caso a votação do novo marco fiscal não seja concluída nesta semana.

"Tanto pelo lado da receita, que é **Carf**, quanto pelo lado da despesa, que é o arcabouço, nós temos os instrumentos para apresentar a LOA até dia 31 de agosto sem nenhum prejuízo. O Haddad disse "vai prejudicar" no sentido que vai dar um pouquinho mais de trabalho para o Ministério de Planejamento e Orçamento. Mas a equipe está pronta para trabalhar 24 horas e cumprir prazos, está tudo tranquilo", disse.

Como a Folha mostrou, o governo tem centrado esforços na tentativa de destravar a tramitação dos dois projetos, priorizando-os em relação à tributária. Para a equipe econômica e auxiliares palacianos, as duas propostas têm preferência na ordem de prioridades do governo, embora a reforma também seja considerada uma pauta estratégica.

O possível adiamento representaria uma derrota para o governo, já que as matérias são prioritárias. A retomada do voto de desempate da Fazenda nos julgamentos de conflitos tributários no **Carf** é considerada uma medida estruturante e com peso relevante para a arrecadação.

O Palácio do Planalto ainda atuava ao longo desta quinta para que ambos os projetos fossem analisados nesta semana, embora articuladores políticos reconhecessem as dificuldades.

Lira tem indicado a aliados que ele está cuidando das negociações em torno da **reforma tributária** - e que caberia aos líderes partidários acompanhar as outras matérias. Ele, no entanto, não descarta a votação dos projetos ainda nesta semana.

Ao chegar à Câmara na tarde desta quinta, o presidente da Casa não indicou data para votação dos projetos. Ele se ateve a dizer que elas seriam



analisadas após a conclusão da votação da **reforma tributária**.

Segundo parlamentares a par das negociações, o governo tenta acomodar PP e Republicanos em espaços na máquina federal. Embora parte desses partidos se considere de oposição, o governo tenta prestigiar outra ala que apoia Lula para fidelizar os votos. Deputados miram os ministérios do Desenvolvimento Social e Esporte.

Segundo relatos, se as votações fossem adiadas para agosto, haveria tempo de destravar as negociações durante o recesso parlamentar.

A interlocutores o relator do projeto do **Carf**, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), tem afirmado que o texto está pronto, mas que faltaria agora dar prosseguimento às negociações políticas entre governo federal e Legislativo, o que contempla cargos e emendas.

Essas negociações foram discutidas em reunião na quarta-feira (5) no Palácio do Planalto entre os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) com líderes e José Guimarães.

A votação do **Carf** é necessária para possibilitar a votação do arcabouço fiscal, tema menos polêmico e que colocaria fim ao teto de gastos. O projeto tramita em regime de urgência e está trancando a pauta desde o último dia 21.

Mesmo parlamentares de oposição admitem que o texto deve ser aprovado e pelo menos com grande parte das mudanças propostas pelo Senado Federal, que ampliou as exceções à nova regra fiscal e beneficiou o governo.

Apesar disso, o relator Cláudio Cajado segue defendendo que a Câmara retome seu relatório original e acabe com as mudanças propostas pelos senadores.

O ponto de menos consenso é a exclusão das despesas com ciência e tecnologia, incluídas pelo senador Ornar Aziz (PSD-AM), que pode acabar sendo rejeitada pelos deputados.

Já a exceção ao Fundeb e ao Fundo Constitucional tem boas chances de passar também na Câmara, assim como a criação do crédito condicionado de R\$ 32 bilhões - proposta do Planejamento e articulada pela ministra Simone Tebet e pelo senador Randolfe Rodrigues.

Eu acredito que é possível votar [até esta sexta-feira,

7], agora quem tem de ver regimentalmente se cabe tudo em dois dias é o presidente [Lira] e os líderes.

A ideia de colocar em votação virtual para quem eventualmente já tinha marcado volta para sua base, poder votar de onde estiver, favorece a possibilidade de votar

Fernando Haddad ministro da Fazenda

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330&maxTouch=0&anchor=6479848&pd=43254f8d9818a279f08489a700d259a1>**



# Bolsa cai e dólar sobe com expectativa sobre tributária e juro nos EUA

A Bolsa brasileira teve forte queda de 1,77% e fechou a 117.425 pontos nesta quinta (6) puxada pelo exterior, num ambiente de aversão ao risco com previsões de novas altas de juros nos Estados Unidos neste ano. A tramitação da **reforma tributária** no Congresso também esteve no radar dos investidores.

Já o dólar teve nova alta, apoiado justamente pela expectativa de aperto nos juros, que favoreceria a moeda americana. A divisa terminou o dia com valorização de 1,64%, cotada a R\$ 4,93.

Nesta quinta, dados mostraram que a criação de vagas no setor privado dos EUA aumentou muito mais do que o esperado em junho, indicando que o mercado de trabalho continua forte apesar dos riscos crescentes de uma recessão.

O setor privado americano abriu 497mil vagas de emprego no mês passado, enquanto economistas consultados pela Reuters previam a criação de 228 mil postos.

Os dados somam-se à ata da mais recente reunião de política monetária do Fed, divulgada na quarta (5), que aumentou as apostas num novo aumento de juros nos EUA.

Agora, analistas consultados pela ferramenta FedWatch, do CME Group, veem 95% de chance de uma nova alta de juros na próxima reunião do Fed, marcada para este mês.

Com isso, os índices americanos tiveram forte queda. O Dow Jones, o S P 500 e o Nasdaq caíram 1,07%, 0,79% e 0,82%, respectivamente.

"Esse conjunto de dados reforça a ideia de que o Federal Reserve (Fed) ainda tem trabalho a fazer para controlar a **inflação**. E as minutas da reunião do Fed mostraram que dentro do comitê há um grupo bastante convicto de que

é necessário elevar mais os juros, provavelmente além de julho", avaliou o economista-chefe da Azimut Brasil Wealth Management, Gino Olivares, em comentário enviado a clientes.

O mau desempenho dos mercados dos EUA impactou os ativos do Brasil, e o ambiente negativo foi reforçado

por preocupações sobre a **reforma tributária** no Congresso.

O possível adiamento de outros temas, como a retomada do voto de qualidade do **Carf** e o arcabouço fiscal, também causou preocupação. Líderes de legendas do chamado centrão dão como certo que a análise dessas duas matérias fique para agosto, depois do recesso parlamentar.

Com isso, o Ibovespa teve forte queda. Todas as ações mais negociadas da sessão tiveram desempenho negativo, inclusive Petrobras e Vale, as maiores da Bolsa, que tombaram 1,59% e 0,64%, respectivamente. Completaram a lista de mais negociadas as ações de Itaú, Bradesco e da B3, que tiveram perdas de 1,24%, 2,23% e 3,80%, respectivamente.

Já os mercados de juros futuros registraram alta pelo terceiro dia consecutivo. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 saíram de 12,80% para 12,83%, e os Para 2025 iam de 10,76% para 10,80%.

No câmbio, o dólar teve alta impulsionado principalmente pelo possível adiamento de outras matérias econômicas em detrimento do avanço da **reforma tributária**.

Apesar da valorização no Brasil, o dólar teve queda ante outras moedas fortes no exterior, com o índice DXY, que mede o desempenho da moeda americana em relação a essas divisas, caindo 0,24%. Marcelo Azevedo Com Reuters

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330&maxTouch=0&anchor=6479848&pd=43254f8d9818a279f08489a700d259a1>

# Reforma Tributária: veja as alterações feitas na reta final para a aprovação

*Por Manoel Ventura - Brasília*

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quinta-feira a **Reforma Tributária** com mudanças em relação à primeira proposta. Foram alterações para cumprir acordos com setores afetados pela reforma e também governadores e prefeitos. As mudanças foram feitas pelo relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

A reforma prevê que cinco **tributos** serão substituídos por dois **Impostos** sobre Valor Agregado (IVAs) - um gerenciado pela União, e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios:

Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): com gestão federal, vai unificar IPI, PIS e Cofins.

Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): com gestão compartilhada estados e municípios, unificará ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Veja o que mudou na reta final:

Uma alteração feita de última hora permitiu que os estados criem um imposto sobre produtos primários e semielaborados, produzidos nos respectivos territórios, para investimento em obras de infraestrutura e habitação, em substituição a contribuição a fundos estaduais.

A reforma cria um Conselho Federativo, que será responsável por centralizar a arrecadação do futuro IBS. A composição e o peso de decisão de cada estado no órgão era alvo de críticas dos governadores. Na quarta-feira, o relator não apresentou detalhes porque o acordo ainda estava sendo fechado.

Com a nova versão do parecer, o relator atendeu a pleito dos governadores e definiu a composição da estrutura:

As deliberações do conselho serão tomadas se alcançarem cumulativamente os votos:

O formato apresentado atende aos pedidos de governadores de estados populosos, que temiam perder autonomia na gestão de recursos arrecadados e queriam um mecanismo que garantia paridade na deliberações.

O relator alterou o texto também para acrescentar novos setores no rol que terão redução das alíquotas do imposto.

Setores incluídos:

Setores que já estavam:

O deputado modificou o trecho que trata dos serviços de transporte passíveis de redução da alíquota. Na versão anterior, Aguinaldo Ribeiro estabeleceu a possibilidade para os serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano.

Foi aprovada uma ampliação disso para a redução da alíquota para transporte coletivo rodoviário, ferroviário e hidroviário, de caráter urbano, semiurbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual .

A proposta prevê a criação de um Imposto Seletivo, de competência federal, sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (como cigarros e bebidas alcoólicas). Isso será decidido no futuro.

Uma mudança feita nesta quinta-feira foi que o imposto seletivo seja aplicado ao bens que terão alíquotas reduzidas.

Outra novidade inserida nesta quinta foi a cobrança do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) de forma progressiva em razão do valor da herança ou da doação. O relator incluiu isenção do ITCMD sobre doações para para instituições sem fins lucrativos "com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos".

Foram incluídos dois novos setores no regime diferenciado de tributação: cooperativas e serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional.

Foi incluída a possibilidade de criação, por meio de lei complementar, do Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Amazonas. Será constituído e gerido com recursos da União. O objetivo é fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas no Amazonas.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/reforma-tributaria-veja-as-alteracoes-feitas-na-reta-final-para-a-aprovacao.ghtml>**

# PEC aprovada na Câmara é apenas o primeiro passo (Editorial)

A aprovação da **reforma tributária** na Câmara dá um passo fundamental para a reformulação do caótico sistema de **impostos** brasileiro.

É apenas o primeiro, porém. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 traça um plano de transição até 2033 para a nova estrutura de **tributos**.

Ele terá de ser seguido à risca.

Fora isso, ainda há imperfeições que devem ser corrigidas.

Uma vez que a PEC esteja aprovada no Senado, o primeiro desafio será técnico.

Para os dois novos **impostos** criados -CBS e IBS -, será necessário **desenvolver** um mecanismo automático de créditos, por meio do qual as empresas possam descontar do que recolherem aquilo que outras já pagaram -só o consumidor final pagará a alíquota cheia. Tais compensações precisam ser implementadas num sistema eletrônico capaz de integrar instâncias fiscais de todo o país. Não será trivial.

Com base nos dados desse sistema deverão ser estimadas as alíquotas, de modo a não elevar a carga tributária, e a distribuição dos fundos criados para ressarcir entes federativos que perderem arrecadação. Caberá a leis complementares determinar não apenas as alíquotas ao longo e ao final da transição, mas o funcionamento do Conselho Federativo que cuidará da distribuição desses fundos, por um período estipulado inicialmente em 50 anos.

O texto da PEC deixa para leis complementares tarefas fundamentais, como regras para os setores financeiro, imobiliário, de seguros, planos de saúde e loterias. Ou o critério para cobrança no destino no caso de serviços. Ou os alvos e alíquotas do imposto seletivo, criado para punir o consumo de produtos nocivos como álcool ou cigarro. Ou ainda os produtos da cesta básica, contemplada com isenção (medida injusta, pois beneficia indiscriminadamente qualquer consumidor, pobre, rico ou de classe média). Ou mesmo as regras para processos administrativos.

Para facilitar a tramitação, o texto foi infestado de exceções: saúde, educação, combustíveis, meios de

transporte de todo tipo, atividades artísticas, produtos para deficientes físicos, higiene pessoal, saúde menstrual etc. Para não falar da manutenção da Zona Franca de Manaus (equivoco não apenas tributário).

É fundamental, com o tempo, verificar o que se justifica. Embora alíquotas reduzidas não sejam equivalentes aos regimes especiais em vigor, para mantê-las será necessário elevar a carga dos demais setores. Privilégios de uns sempre custam para outros.

A reforma prevê apresentação, em 180 dias, de projeto para redesenhar o Imposto de Renda. Nesse momento, mais importante que discutir fetiches da esquerda, como taxaço de grandes fortunas ou heranças, será extinguir privilégios inaceitáveis que persistem em regimes especiais, como lucro presumido ou Simples, garantindo **impostos** baixíssimos a uma elite de profissionais como médicos ou advogados.

Nenhuma reforma é tão complexa, desafiadora e transformadora quanto a dos **impostos**. Talvez a sociedade brasileira não se dê conta do sinal de maturidade institucional transmitido pela Câmara ao aprovar a PEC 45. Ela traça um plano que coloca o Brasil num rumo virtuoso de maior equidade tributária.

Mas ele precisará ser perseguido.

Ao longo do tempo, a transparência trazida pelos novos **tributos** deixará evidente a injustiça de exceções e regimes especiais. Se tiver a coragem de enfrentá-los, o Congresso atual mostrará ser um dos melhores de todos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Pequeno lojista vai sofrer com isenção a importado, diz Yunes

**Adriana Mattos**

A decisão de isentar remessas internacionais de imposto de importação de 60%, em compras de até US\$ 50, afeta diretamente pequenos e médios lojistas no país, que competem com mercadorias chinesas que entram no Brasil pelos marketplaces estrangeiros. Parte desses negócios locais, de microempresários, vai quebrar, pressionada pela concorrência desleal.

A avaliação é do principal executivo do Mercado Livre no Brasil, Fernando Yunes, que vê um impacto não apenas para redes e indústrias brasileiras, mas também ao pequeno lojista que vende pelos sites e aplicativos. "Ele não vai aguentar competir com um vendedor com uma mão de obra em condições que desconhecemos, muitas vezes trabalhando 80, 90 horas por semana, e que venderá aqui sem pagar imposto de importação algum", diz.

"São eles que vendem produtos parecidos com o que vem de fora, e esse "seller" vai concorrer com o "seller" chinês, que vai ter despacho rápido aqui e não pagará nada de imposto de importação, enquanto ele pagará", diz o executivo.

Marketplaces brasileiros como Magazine Luiza e Casas Bahia têm milhares de lojistas locais - entre 150 mil a alguns milhões, a depender da empresa - e mais de 90% são micro e pequenas lojas.

Mercado Livre reúne cerca de 10 milhões de lojistas.

Na sexta-feira (30 de junho) o Ministério da Fazenda publicou portaria que acaba com o imposto de importação de 60% para remessas de até US\$ 50 (R\$ 250), enviadas de empresas a pessoas físicas.

Isso será válido a partir de agosto para empresas que aderirem às regras do programa Remessa Conforme. Ainda ficou definida a cobrança de ICMS de 17% - o tributo não é cobrado atualmente.

Pelos dados do setor, a faixa de até R\$ 250 responde por 98,8% do total de remessas enviadas ao país ao ano.

A medida gerou forte reação negativa de redes e indústrias brasileiras pois a isenção não vinha sendo debatida nas reuniões com o governo. O Ministério da

Fazenda sinalizou que em uma segunda etapa a isenção cai e uma nova alíquota seria adotada.

Para Yunes, não faria sentido apenas definir outra alíquota de importação, como forma de buscar a equidade tributária entre as partes. É preciso determinar um índice que recupere boa parte dos 60% derrubados pelo governo.

"Acredito que teria que voltar aos 60%, e, se for para mudar, então que se recomponha os 60%. Ou seja, já está determinada a cobrança dos 17% de ICMS, então que se cobre mais 43% de imposto de importação, recompondo os 60%. Até porque, nós estamos falando de empresas locais que já pagam ICMS até maior que esses 17% no país, e que se somam a outros diferentes **impostos**", diz. O IDV, que representa o varejo, deve se reunir com Haddad na semana que vem e apresentar sugestões de alíquotas.

Yunes e François-Xavier Martins, diretor de relações governamentais do Mercado Livre, rebatem a posição da ABComm, associação do comércio on-line, de que a isenção é uma "troca" e não um "presente" às plataformas estrangeiras.

Estas, por sua vez, dizem que se trata de uma "troca" pois terão que fazer investimentos em tecnologia, atualizar sistemas internos e se responsabilizariam pelo envio dos dados do pedido, sob pena de perderem o direito de usufruir das regras do Remessa Conforme.

Pelo programa, após agosto, a empresa que enviar aos Correios um conjunto de cerca de 40 dados das remessas, de forma correta, até 48 horas antes da entrada das mercadorias no país, irão usufruir do direito à isenção. E teriam também o despacho agilizado.

Yunes entende a lógica do Remessa Conforme e apoia o teor, mas sem a isenção dos 60%. "Você tem uma reforma que não muda o peso da carga tributária sobre o setor e ainda tem que lidar com uma isenção que só penaliza o setor".

O Mercado Livre arrecadou R\$ 3,5 bilhões em **impostos** em 2022, alta de 31%. O governo quer, com o Remessa Conforme, aumentar sua base de dados sobre remessas e inibir importação fraudulenta, algo

apoiado pelas empresas. O problema está na decisão da isenção por uma portaria, e sem debate.

\*

#### Indústria crítica

Parte da indústria aderiu às críticas do varejo nacional à portaria que isenta remessas internacionais de até US\$ 50 do pagamento do imposto de importação a partir de 1o de agosto. Doze entidades, entre associações industriais - como federações das indústrias do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Abit (indústria têxtil) e a Abrapa (produtores de algodão) -, além de associações do varejo e uma confederação de trabalhadores do vestuário divulgaram nesta quinta-feira uma carta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em que pedem uma reedição das regras do "Remessa Conforme". Defendem que a isenção para remessas internacionais de até U\$ 50 seja revista, em nome da isonomia tributária, e pedem que a adesão ao programa de conformidade seja obrigatória, e não mais opcional.

\*

"Se for para mudar, que se recomponha os 60% - 17% de ICMS mais 43%"

Fernando Yunes

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187596?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187596?page=1&section=1)**



# Novo regime de impostos

**GERALDA DOCA, VICTORIA ABEL, GABRIEL SABÓIA E MANOEL VENTURA**

Em uma decisão histórica, a Câmara dos Deputados aprovou o primeiro passo da **Reforma Tributária**, a maior modificação no sistema de **impostos** do país em 58 anos. O texto substitui três **tributos** federais, o ICMS e o ISS por apenas dois **impostos** sobre bens e serviços. O placar foi de 382 votos a favor, 118 contrários e 3 abstenções e superou com folga o mínimo necessário para aprovação de uma emenda constitucional, que era de 308 votos. Para chegar a esse resultado, o relator da proposta, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), fez uma nova versão do texto, atendendo boa parte dos pedidos de governadores e parlamentares.

Antes de dar início à votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o país estava diante de um momento histórico e da mais importante mudança constitucional no país desde a redemocratização: - Vivemos um momento histórico para as nossas vidas parlamentares e para o país. O Brasil espera uma reforma justa, neutra e que dê segurança jurídica. Não podemos nos furtar a esta responsabilidade.

O relator fez um discurso emocionado após a votação no qual destacou que a reforma é um projeto do Estado brasileiro.

-É um momento histórico, estou vivendo um momento único na minha vida. Este não é um país que olha para a direita nem para a esquerda, é um país que olha para a frente.

**SUL E SUDESTE GANHAM PESO** O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou o resultado nas redes sociais.

"Depois de décadas, aprovamos uma **Reforma Tributária**.

Democraticamente.

Parecia impossível. Valeu lutar", escreveu, destacando que a reforma não é uma proposta de governo, mas uma necessidade para fazer com que a economia e a produtividade avancem no país.

As rodadas de conversas do relator com os estados foram cruciais para viabilizar a aprovação.

O texto conseguiu apoio de governadores do Sul e do Sudeste, inclusive de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ainda assim, não houve unanimidade entre governos locais.

Freitas, que havia despontado como um dos maiores críticos ao texto, antes de endossar o projeto na véspera da votação, informou por meio de assessores que, embora não considere o texto ideal, ele é visto como o possível e fruto de negociações até a última hora. A bancada de São Paulo votou majoritariamente a favor da proposta. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), disse que as mudanças foram acordadas.

Ao longo do dia, o apoio de Tarcísio ao projeto foi alvo de críticas de Bolsonaro, que se disse "chateado" com o governador de São Paulo e de aliados. Ainda assim, o partido do ex-presidente somou 20 votos a favor da proposta (leia mais na página 14).

Um dos pontos de maior divergência dos governadores em relação ao texto original era o modelo de criação do conselho federativo, que será responsável pela gestão e partilha de recursos do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que vai reunir o ISS (municipal) e o ICMS (estadual).

Os governadores temiam perda de autonomia e um desequilíbrio de forças entre os estados. Com o novo formato, o conselho terá representação paritária. Os estados terão 27 representantes, um para cada estado e o DF. Os municípios poderão indicar 27 membros, dos quais 14 com base nos votos de cada município, com valor igual para todos, e 13 representantes com base nos votos de cada cidade considerando as respectivas populações.

O processo de tomada de decisões será feito com base na maioria absoluta, ou seja, será preciso ter um mínimo de 14 votos entre os estados. Além disso, o grupo de estados vencedor precisará representar 60% da população brasileira.

Se o grupo perdedor representar a maioria da população, poderá vetar a decisão. Na prática, essa medida amplia o peso do Sudeste e do Sul do país no conselho.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), disse que vai entrar com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a reforma. Para ele, a



nova regra do conselho federativo privilegia São Paulo, Rio e Minas. Aliado de Bolsonaro, o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, também divulgou texto contra a proposta.

**DEBATE NO SENADO** Outra demanda dos estados, porém, não foi contemplada no texto final aprovado: o da definição de critério de repartição do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). O Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) defendia que estados mais pobres tivessem prioridade para receber recursos do fundo, que se destinam a investimentos.

O governador do Piauí, Rafael Fonteneles, disse que os governadores do Norte e Nordeste tentarão incluir no Senado os critérios de divisão dos recursos. O governo deve destinar um montante máximo ao ano de R\$ 40 bilhões.

- Queremos os critérios na PEC, mas não vamos impedir a votação aqui. Vamos tentar no Senado - afirmou Fonteneles.

Estudo divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) afirma que a reforma vai impulsionar o crescimento da economia e a geração de empregos.

Para Armando Monteiro, conselheiro da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a aprovação do texto é um gesto positivo para investidores.

-A sinalização dessa aprovação, para o país, é que o Congresso está comprometido com a agenda de reformas, uma agenda que precisa avançar para melhorar o ambiente de negócios no país.

Até o fechamento desta edição, parlamentares ainda iriam apreciar oito destaques ao texto e uma emenda aglutinativa.

A proposta precisa ainda ser votada em segundo turno antes de seguir para o Senado.

(Colaboraram Vinícius Neder e Juliana Causin)

\*

"Vivemos um momento histórico para as nossas vidas parlamentares e para o país. O Brasil espera uma reforma justa, neutra e que dê segurança jurídica"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

\*

"Este não é um país que olha para a direita nem para

a esquerda, é um país que olha para frente"

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta

\*

"Depois de décadas, aprovamos uma **Reforma Tributária**. Democraticamente. Parecia impossível"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Entenda as mudanças da reforma no dia a dia

Os pontos-chave da reforma

## IMPACTO PARA O CONSUMIDOR

Hoje, o consumidor não sabe quanto paga de **impostos** nos produtos, pois cada etapa da produção é tributada, e os **impostos** vão se acumulando ao longo da cadeia produtiva. Com a **Reforma Tributária**, haverá apenas dois **impostos** que não vão se acumular durante o processo produtivo.

## ALÍQUOTA ÚNICA

Hoje, cada produto tem uma alíquota diferente, o que gera distorções: embora similares, bombom e wafer têm tributação distinta, assim como perfume e água de colônia. A reforma determina que todos os produtos deverão pagar a mesma alíquota de imposto. Haverá exceções pontuais para alguns itens, como os da cesta básica, que ficarão isentos, e cigarros e bebidas, que pagarão mais.

## FUSÃO DE **TRIBUTOS**

A **Reforma Tributária** vai unificar três **impostos** federais - IPI, PIS, Cofins - na nova CBS. O imposto estadual ICMS e o municipal ISS, por sua vez, serão unificados para criar o IBS.

## IMPACTO NA INDÚSTRIA

Exemplo: fábrica de água mineral Compra garrafas plásticas para envasar a água que extrai da fonte mineral. Nesta operação, paga IPI, PIS, Cofins e ICMS. Ao contratar serviços, como os de manutenção de maquinário, paga ISS, PIS e Cofins. Pagará CBS e IBS tanto na compra da garrafa plástica quanto na contratação de serviços.

\*

Veja o antes e depois na cadeia de produção da água mineral

## NÚMERO DE **IMPOSTOS**

Em cada etapa da produção, em vez de cinco **impostos**, serão pagos apenas dois.

\*

## **IMPOSTOS** CUMULATIVOS

Hoje, a cada etapa da cadeia produtiva, as empresas pagam **impostos** que vão se acumulando. Para explicar como funciona a cumulatividade e como a tributação tende a ser menor em produtos industriais, usaremos valores hipotéticos de cada item e uma alíquota única exemplificativa de 20% para todas as etapas.

\*

## FIM DA CUMULATIVIDADE

Com a **Reforma Tributária**, as empresas vão poder descontar os **impostos** pagos nas etapas anteriores da cadeia de produção, acabando com a cobrança de **tributos** sobre **tributos**, o chamado imposto em cascata.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Carf e arcabouço atrasam, mas Haddad mantém otimismo

**RENAN MONTEIRO**

A **Reforma Tributária** acabou passando à frente das outras duas pautas econômicas que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), prometeu aprovar ainda esta semana: o projeto que altera a regra sobre disputas tributárias no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e o que substitui o teto de gastos por um novo arcabouço fiscal.

Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estava otimista ontem sobre a possibilidade de os projetos serem votados ainda hoje: -Quem tem que ver regimentalmente se cabe tudo em dois dias (ontem e hoje) é o presidente e os líderes. Mas, até a ideia de colocar em votação virtual (quando parlamentares acompanham sessão e votam remotamente), para quem tinha marcado volta para sua base, eu acho que favorece a possibilidade de votar.

O ministro deu a declaração à tarde, quando teve um encontro com Lira e lideranças partidárias, poucas horas antes da votação da **Reforma Tributária**, segundo ele para tirar dúvidas dos parlamentares.

Pelo cronograma inicial, Lira queria votar nesta semana o projeto do **Carf** (que tranca a pauta da Casa), o arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária**.

Agora, o cenário mais provável é que pelo menos o arcabouço fique para agosto, depois do recesso parlamentar.

O projeto do **Carf** é considerado pela equipe econômica uma peça importante para elevar a arrecadação e viabilizar o novo marco das contas públicas.

O governo enviou ao Congresso um projeto de lei para regulamentar o chamado voto de qualidade para a União nos julgamentos administrativos de recursos de contribuintes, principalmente empresas, que questionam autuações e cobranças de **impostos** pela **Receita Federal**. Na prática, garante ao governo vitória em disputas tributárias que terminem empatadas no **Carf**, que tem representantes do Fisco e dos contribuintes.

O texto já está pronto para votação e aguarda a definição das lideranças partidárias na Câmara, mas sofre resistências de setores influentes no Parlamento, como o agronegócio.

Haddad ontem elogiou o texto do relator, Beto Pereira (PSDB-MS), que incluiu condições favoráveis de pagamento para quem sair derrotado em desempates pelo voto de qualidade da União.

-O texto está fechado com uma ampla margem de apoio.

Quando você aperta a mão, acabou. Apertou a mão, encerrou na política, não tem mais volta -afirmou Haddad, repetindo que não vê obstáculo à votação do projeto hoje. -Todo mundo está preparado para votar. Nós temos tido sucesso nas votações, temos superado 350 votos, beirando os 400. Eu não acho que será diferente nesses casos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"APERTOU A MÃO"

# Reforma tributária tem 382 votos e passa em primeiro turno na Câmara

**ADRIANA FERNANDES BIANCA LIMA MARIANA  
CARNEIRO BRASÍLIA**

A Câmara aprovou ontem à noite, em primeiro turno, o texto-base da proposta de **reforma tributária** com um placar folgado de 382 votos a favor e 118 contra. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), eram necessários pelo menos 308 votos.

Os deputados continuavam reunidos até 0h30 de hoje para analisar os destaques apresentados e concluir a votação em segundo turno - depois da qual o texto seguirá para avaliação no Senado.

As discussões para a racionalização do sistema de **impostos** no País já duram quase três décadas, atravessando governos e diversas formações no Congresso, mas sempre travaram na resistência de setores econômicos e de Estados.

Para a aprovação da reforma, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), fizeram de última hora uma série de concessões, beneficiando ainda mais o agronegócio e o setor de serviços com taxaço reduzida.

Pouco antes da votação, Ribeiro divulgou uma terceira versão do seu relatório, incorporando as mudanças.

Com forte lobby sobre os deputados e se aproveitando da pressão de Lira para concluir a votação, os dois grupos mais resistentes à reforma durante os últimos anos jogaram pesado e conseguiram emplacar a maior parte das suas demandas.

Apesar da resistência da equipe econômica, o agro e os supermercados foram atendidos também com a criação de uma cesta básica nacional, cujos produtos terão alíquota zero.

Com os pleitos atendidos, a bancada ruralista declarou apoio à reforma em plenário.

Faltando menos de uma hora para o início da votação, o relator cortou ainda mais a alíquota que já era reduzida para um grupo de setores, mercadorias e atividades, como saúde, educação, medicamentos, transporte coletivo, produtos agropecuários e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual, como

absorventes. O imposto para esse grupo de favorecidos será 60% menor do que para os demais contribuintes.

Antes, a tributação era 50% mais baixa. Já os setores de hotelaria, parques temáticos e de diversão, restaurantes e aviação regional conseguiram ser incluídos nos regimes específicos de tributação.

TEMPLOS. Após a votação do texto-base, foi aprovada por 379 votos uma emenda aglutinativa para unir diferentes propostas legislativas de acordos que foram firmados na última hora. Dessa maneira, entraram na lista com alíquota reduzida atividades desportivas, aquícolas, bens e serviços relacionados à segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética. A emenda também ampliou a imunidade tributária de "templos de qualquer culto".

O texto adicional abre a possibilidade de os Estados instituírem um novo tributo: uma contribuição sobre produtos primários e semielaborados, produzidos nos seus territórios, para investimento em obras de infraestrutura e habitação.

O resultado foi um texto repleto de exceções, na contramão de um dos pilares da reforma pretendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad: uniformidade de alíquota e o menor número de regimes diferenciados e especiais.

ESTADOS. A aprovação da reforma envolveu também concessões aos Estados e cristalizou acordo fechado com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para mudar a governança do Conselho Federativo, instância que será responsável por gerir a arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - que vai substituir o ICMS (de competência dos Estados) e o ISS (dos municípios).

As regras do conselho vão beneficiar os Estados mais populosos - portanto, mais ricos -, que terão maior poder de decisão nas deliberações do órgão.

Esse trecho desagradou aos Estados do Nordeste.

Sem querer mexer em mais "vespeiros", o relator deixou para legislação complementar a forma de distribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Regional, que receberá aporte da União de R\$ 40 bilhões para compensar o fim dos incentivos fiscais (base para a chamada guerra fiscal). O fundo ganhou o "n" de nacional justamente para que os Estados mais ricos também possam receber os recursos do fundo que tem como finalidade de combater as desigualdades regionais.

O governador de São Paulo capitaneou o acordo com Lira, Ribeiro e Haddad, mas acabou também se desgastando com seu padrinho político, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Nova versão

As mudanças feitas pelo relator

Alíquota reduzida Entre os setores que terão direito a desconto de 60% na alíquota em relação ao percentual padrão, o novo relatório cita serviços de educação; serviços de saúde; dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência; medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; insumos agropecuários

Conselho Federativo Todos os Estados e o Distrito Federal terão representantes no novo órgão - antes, a redação falava apenas em representantes estaduais, sem fixar que teria de ser um de cada unidade federativa. Ainda pelo texto, os municípios também terão 27 representantes, sendo 14 eleitos entre todos os 5.560 municípios, e outros 13 usando como ponderação a população

Fundo de Desenvolvimento Regional Critérios de rateio de recursos serão decididos por lei complementar

-

Relator inclui "trava" para tentar evitar aumento da carga tributária

Ponto central Uma das premissas da PEC da reforma é de que não haja aumento da carga tributária do País

Após forte pressão, o relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB), mudou o seu parecer para incluir uma "trava de segurança" para evitar o aumento da carga tributária com as modificações no sistema de **impostos** no País.

No parágrafo terceiro do artigo 129, onde estava escrito que "as alíquotas de referência serão revisadas anualmente", foi acrescentada a expressão "visando à manutenção da carga tributária". Já a forma de revisão será definida em lei complementar.

Questionado sobre esse ponto, Ribeiro afirmou: "Eu sempre disse que não haverá aumento de carga tributária. Então, é lógico que, se a gente precisa aprimorar o texto para que isso esteja mais claro e tenha efetividade, vamos fazer".

A ausência da trava foi cobrada pelo Estadão na entrevista que o relator deu na semana passada para explicar o relatório preliminar. Na ocasião, ele disse que o texto continha uma trava, o que divergiu da avaliação de tributaristas.

Após a cobrança, a equipe do relator e a do secretário extraordinário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, passaram a elaborar a mudança do texto, com garantias para que não haja brechas depois na **legislação tributária**.

A carga tributária é uma relação entre a soma da arrecadação do governo e o **PIB**. Em linhas gerais, é quanto se paga de imposto em relação ao que o País produz. Esse cálculo busca analisar o fluxo de recursos financeiros direcionados da sociedade para o Estado brasileiro.

Barrar o aumento da carga é uma das principais demandas dos empresários.

A função dessa trava, portanto, seria calibrar a alíquota padrão para garantir que a carga não aumente. Em 2022, a carga atingiu 33,71% do **PIB**, o maior valor da série histórica iniciada em 2010.

**CESTA BÁSICA.** O novo texto da **reforma tributária**, do relator Aguinaldo Ribeiro (PPPB), prevê a isenção de alíquota sobre a cesta básica, mas não define quais produtos serão classificados assim. Uma das premissas da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) é de que não haja aumento de carga tributária, mas especialistas indicam que o tratamento especial dado a alguns setores pode prejudicar esse princípio.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Projeto muda impostos sobre herança, lancha e jatinho

**BIANCA LIMA BRASÍLIA**

A primeira etapa da **reforma tributária** tem como foco o consumo, mas já traz mudanças na tributação da renda e do patrimônio. Em seu parecer, o relator do texto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirma que o objetivo é "alcançar maior justiça social" em relação a três **tributos** específicos: Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), que é de competência estadual e incidência sobre heranças e doações; Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), também cobrado pelos Estados e que passaria a incidir sobre lanchas e jatos, e de forma progressiva sobre carros mais poluentes; e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que é administrado pelos municípios e pelo Distrito Federal.

O parecer do relator determinou que o ITCMD passe a ser progressivo em relação ao valor da transmissão. Ou seja: quanto maior o montante recebido pelo herdeiro ou pelo beneficiário da doação, maior será a alíquota aplicada. Ela não pode ultrapassar 8%.

Uma herança de R\$ 1 milhão distribuída a um único herdeiro, por exemplo, terá uma participação maior do que uma herança de mesmo valor dividida em quatro pessoas. Ou seja: o que é considerado, no momento da participação, é o chamado quinhão hereditário, que é a cota à qual os beneficiários têm direito. Quanto maior o quinhão, maior seria a alíquota.

Em relação ao IPTU, o relator atendeu a um pleito da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e permitiu que as prefeituras atualizem uma base de cálculo do imposto por meio de decreto, a partir de critérios fixados em lei municipal.

O objetivo, segundo o projeto, é que as "administrações municipais alcancem o potencial arrecadatário de imóveis com alta preservação".

**LANCHAS E JATINHOS.** Para o IPVA, a proposta prevê que o imposto passará a incidir sobre veículos aquáticos, como lanchas, e aéreos, como jatinhos.

Por pressão de fabricantes de equipamentos industriais, no entanto, algumas características foram incluídas na última versão do texto, como aeronaves agrícolas, tratores e máquinas usadas no campo, que

ficaram isentas. Também ficou de fora da cobrança embarcações destinadas a pesca industrial, artesanal e de subsistência.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Nova tributação pode combater a guerra fiscal, dizem especialistas

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

Aprovado ontem, o texto da **reforma tributária** destinado ao consumo deve contribuir para mitigar a chamada guerra fiscal, um dos principais nós econômicos do País, avaliam tributaristas consultados pelo Estadão.

Ao longo dos últimos anos, a guerra fiscal tem sido um mecanismo adotado pelos Estados para atrair investimentos.

Em busca de novas empresas e criação de empregos, Estados concedem desoneração tributária por meio, sobretudo, do seu principal **impostos** arrecadatório, o ICMS.

"O problema é que, nessa disputa por atração de empresas, os entes têm suas receitas comprometidas", afirma Larissa Luzia Longo, pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper. "Como eles oferecem desonerações tributárias às empresas, diminuem suas arrecadações e, conseqüentemente, acabam tendo menos recursos para promover políticas públicas à população." Os Estados têm um papel fundamental na oferta de serviços públicos para a população. São responsáveis pela saúde, educação e segurança pública, por exemplo. Não faz muito tempo, vários governadores enfrentaram crises severas, com atraso nos salários de servidores e interrupção de investimentos.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** tenta colocar um fim nessa guerra tributária ao unificar três **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS). Eles serão substituídos por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual - um federal e outro para Estados e municípios - com três alíquotas e cobrança no destino, ou seja, onde o bem ou serviço será consumido. Hoje, a tributação brasileira tem como base a origem - onde o bem ou serviço é produzido.

"Essa batalha só ocorre porque a tributação do consumo brasileira é baseada na origem.

Por exemplo: o Estado de São Paulo arrecada o ICMS das empresas que nele estão situadas e pode decidir se renuncia a recursos ou não para que determinada empresa invista naquela região", afirma Larissa.

Na reforma, o IVA dual será composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai unificar IPI, PIS e Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai juntar o ICMS e o ISS.

"O que se pretende com a **reforma tributária** é, em nível constitucional, dar um tratamento uniforme para praticamente todos os produtos, com algumas poucas exceções", afirma Gabriel Caldiron Rezende, advogado e sócio do escritório Machado Associados. "O principal ponto é que se quer mudar essa tributação interestadual para o destino. Com isso, por que o Estado vai dar um benefício?

Ele vai perder essa possibilidade, porque o imposto vai ser pago por outro Estado." PONTO DELICADO. Mexer na tributação do ICMS sempre foi um ponto sensível em qualquer tentativa de **reforma tributária**.

O imposto é o principal tributo arrecadatório dos governadores e cada unidade de federação tem uma legislação própria, o que contribui ainda mais para emaranhar o nó tributário do País.

Para dar uma dimensão do peso do ICMS nas contas estaduais, nos 12 meses até abril, os governadores arrecadaram R\$ 679,4 bilhões com o imposto, o que representou 48% da receita corrente dos Estados, de acordo com dados da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal.

Parte dos governadores tem cobrado mais recursos para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que será criado com a reforma e financiado pela União para compensar o fim da guerra fiscal. O parecer inicial do relator na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), previa começar os aportes em 2029, em R\$ 8 bilhões, até atingir R\$ 40 bilhões em 2033, em valores que serão corrigidos pela **inflação**.

A aplicação dos recursos ficará a cargo dos Estados. Os governadores, porém, querem aumentar esse valor anual para R\$ 75 bilhões. Em entrevista ao Estadão, Ribeiro sinalizou que pode ceder nesse ponto e que o valor é "discutível".

"Os recursos desse fundo, de acordo com o texto, deverão ser aplicados em fomento à atividade produtiva e investimentos em infraestrutura e



inovação, com priorização de projetos ambientalmente sustentáveis.

Essa transferência de recursos dos entes para as empresas será mais transparente e mais facilmente passível de avaliação", explica Larissa, do Insper.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Após décadas, País dá primeiro passo para deixar pré-história da tributação

**ALEXANDRE CALAIS, EDITOR DE ECONOMIA**

Foram décadas de discussões, projetos, tentativas frustradas.

Mas, ontem, a Câmara dos Deputados aprovou a tão perseguida **reforma tributária**, que promete simplificar a vida das empresas e dos cidadãos, com a unificação de **impostos** (os federais IPI, PIS e Cofins, o estadual ICMS e o municipal ISS), o fim da cobrança em cascata (imposto em cima de imposto, que encarece o produto brasileiro e tira a competitividade das empresas nacionais) e a transferência da cobrança do imposto para o destino, onde os produtos são consumidos, e não mais na origem, onde são fabricados.

Com essa mudança, o Brasil sai da pré-história do sistema tributário. A cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como o que passaremos a utilizar a partir de agora, é o padrão há décadas em todo os países desenvolvidos - e na imensa maioria dos nem tão desenvolvidos assim.

O sistema tributário brasileiro não tem comparação no mundo, de tão confuso.

Para ilustrar essa balbúrdia: no meio da discussão da **reforma tributária**, o Estadão consultou vários, muitos mesmo, especialistas para tentar montar um gráfico, uma ilustração, mostrando como funciona a taxa em cima de um determinado produto hoje. Ninguém se dispôs a fazer. O argumento é que isso é simplesmente impossível.

São tantas variáveis, tantas legislações diferentes nos Estados, nos municípios, na União, tantas exceções e tantas formas de burlar as regras que qualquer tentativa nesse sentido estaria inevitavelmente errada.

Ou seja, ninguém consegue dizer quanto está pagando de **impostos** em um determinado produto.

**SIMPLIFICAÇÃO.** Com a simplificação proposta no projeto aprovado agora, esse cenário fica muito mais claro. Pelo menos será possível saber o quanto se paga de imposto.

O texto aprovado ficou muito longe do ideal. Para especialistas em tributação, o melhor seria ter

aprovado um IVA único, como constava na ideia original, e não um IVA dual (serão, na verdade, dois **impostos** separados, um juntando os **impostos** federais e outro juntando o estadual e o municipal).

Também há exceções demais na nova regra, muitos setores e produtos que terão alíquotas diferenciadas, menores.

Mas, mais uma vez, mesmo assim foi um avanço e tanto.

O jogo, porém, não acabou.

Ainda é necessário passar pelo Senado. E também há muita coisa que vai depender de legislação extra para regulamentação. Por exemplo, o relator propôs zerar o imposto para produtos de uma cesta básica nacional, que ainda vai ser definida. O jogo de lobbies para incluir produtos os mais diversos nessa cesta básica será pesado.

E, além disso, estamos falando apenas dos **impostos** sobre consumo. Há uma batalha grande vindo pela frente com a mudança nos **impostos** sobre a renda (como IRPJ, IRPF e CSLL).

O texto aprovado determina que a União deverá, dentro de um prazo de 180 dias a contar da aprovação no Congresso Nacional, apresentar o projeto para a reforma da tributação da renda. Serão mais discussões, mais demandas, mais lobbies. Pode demorar. Mas o primeiro passo na direção certa já está dado.

**ALEXANDRE CALAIS, EDITOR DE ECONOMIA**

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Sistema tributário do País é responsável pelo aumento do Custo Brasil, diz estudo

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

A cumulatividade de **tributos** ao longo da cadeia produtiva, a complexidade da **legislação tributária** brasileira e o excesso de normas foram apontados como os principais problemas a serem resolvidos para a redução do Custo Brasil.

Consulta pública feita pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), cujos resultados foram obtidos pelo Estadão, mostrou que 20% dos problemas apontados como geradores do Custo Brasil eram relacionados a normas tributárias.

No topo da lista estão também problemas com a regulação dos setores de energia (16,6%); transporte e logística (14,3%); comércio exterior (10,6%); financiamento e garantias (7,6%) e legislação trabalhista (7,3%).

"De 1988, na promulgação da Constituição, até fins de 2022, foram 466 mil normas tributárias publicadas. Ou seja, 37 normas tributárias por dia, uma norma e meia por hora", diz a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic, Andrea Macera, numa referência a levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) para explicar a razão de a tributação no Brasil estar no topo da lista dos problemas que têm alimentado o Custo Brasil.

**PRIORIDADE.** O vice-presidente Geraldo Alckmin, que comanda o Mdic, colocou a reforma como prioridade para a agenda econômica. Em maio, a equipe de Alckmin divulgou que o Custo Brasil chega a R\$ 1,7 trilhão. O indicador, obtido a partir do estudo realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), em parceria com o Mdic, é resultado de um conjunto de entraves que oneram o ambiente de negócios nacional.

O Custo Brasil representa a despesa adicional que as empresas brasileiras têm de desembolsar para produzir no País, em comparação com a média do custo nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O cálculo leva em consideração todo o ciclo de vida de uma empresa, com base em indicadores de 12 áreas consideradas vitais para a competitividade do setor empresarial.

O número impacta na operação de empresas de diversos portes e segmentos, encarece preços e serviços, comprometendo investimentos e a geração de empregos. A partir do levantamento da consulta pública, disse a secretária, foi possível realizar o mapeamento de toda a complexidade regulatória geradora de Custo Brasil. Foram recebidas 1.122 contribuições de empresas e entidades representativas de toda a economia.

**DIRETRIZ.** O resultado da levantamento vai orientar as políticas públicas e as ações do governo federal para melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

"As dificuldades que vemos primeiro são os custos para lidar com essa complexidade tributária", disse Andrea, destacando que a **reforma tributária** é essencial para aumentar a **competitividade** das empresas. Ela apontou como entrave para aumentar a competitividade, por exemplo, as falhas na devolução do crédito tributário para as empresas.

"Estima-se que esse resíduo seria cerca de 7,4% da receita líquida da indústria", disse. Segundo ele, o efeito desse resíduo tributário, que não volta para as empresas, é que ele acaba sendo incorporado no preço final dos produtos. "Quando o Brasil sai em busca de mercados internacionais, ele já parte com 7,4% a mais no preço dos produtos finais", disse. Outro entrave é a multiplicidade de alíquotas, problema que a **reforma tributária** tenta resolver.

"De 1988, na promulgação da Constituição, até fins de 2022, foram 466 mil normas tributárias publicadas. Ou seja, 37 normas tributárias por dia, uma norma e meia por hora" Andrea Macera Secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic

Consulta pública

Tributação caótica custa caro ao País

1. Normas tributárias: cerca de 18,8% das contribuições

Obrigações tributárias acessórias diversas

Cumulatividade dos **tributos** ao longo da cadeia produtiva

Problemas consequentes da complexidade da **legislação tributária** brasileira

2. Regulação do setor de energia: cerca de 16,6% das contribuições

Encargos na tarifa de energia elétrica

Restrições à figura do consumidor livre de energia elétrica

Destinação da energia elétrica gerada pela Usina de Itaipu

Problemas regulatórios referentes ao acesso de terceiros a infraestruturas do setor de petróleo e gás

Ausência de harmonização regulatória quanto à figura do consumidor livre de gás natural

3. Regulação do setor de transporte e logística: cerca de 14,3% das contribuições

Incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre o frete marítimo

Inexistência de regulação da praticagem

Inexistência de regulamentação da Lei BR do Mar

Inexistência de regulamentação do marco do setor ferroviário

Restrições à instalação de portos secos

4. Regulação do comércio exterior: cerca de 10,6% das contribuições

Falta de acordos de livre comércio

Problemas diversos nas operações de comércio exterior

Problemas referentes à regulação do Operador Econômico Autorizado

Repercussão

Luiz Carlos Trabuco Cappi Presidente conselho de administração do Bradesco

"O próximo passo é consolidar uma melhora sistemática do ambiente de negócios no Brasil"

"A aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados é uma boa notícia para todos os brasileiros. Ela representa a perspectiva de que podemos superar o grande desafio do crescimento de

longo prazo, sustentável e robusto. O sistema tributário brasileiro, considerado um dos mais complexos do mundo, ganha frescor e modernidade.

O modelo aprovado foi amplamente debatido nos últimos quatro anos.

Ele simplifica e desburocratiza para quem contribui, ao mesmo tempo que mantém a carga tributária. O sistema perde complexidade e ganha em eficiência e transparência.

Esta é a realidade: as empresas gastavam um tempo precioso apenas para seguir corretamente os regulamentos para pagar os **tributos** existentes hoje. Além de oneroso, gerava insegurança jurídica. O próximo passo é consolidar uma melhora sistemática do ambiente de negócios no Brasil. Paradoxalmente, esse é um tema muito discutido, mas ao mesmo tempo bastante negligenciado na prática. O Brasil precisa que o tema, alinhado a um programa objetivo de aumento da competitividade e produtividade, seja o centro das atenções do Executivo e do Legislativo. Senso de urgência seria a palavra de ordem."

Milton Maluhy Filho CEO Itaú Unibanco

"Os benefícios da reforma estão concentrados em médio e longo prazos. Este olhar de futuro é fundamental"

"As medidas em discussão indicam uma reforma técnica e que ataca um ponto central para o País, que é a simplificação tributária. Pelo que vimos até aqui, os benefícios da reforma estão concentrados em médio e longo prazos, considerando o tempo de implementação e os impactos das medidas.

Este olhar de futuro é fundamental, pois fortalece um compromisso de simplificação e eficiência longo e contínuo. Uma agenda de curto prazo, voltada exclusivamente para arrecadação e geração de receita, com aumento de **impostos**, teria o efeito contrário, resultando em perda de competitividade e redução de investimentos em um país cuja carga tributária já é bastante relevante."

Dan Ioschpe Presidente do conselho de administração da Ioschpe-Maxion S/A e presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)

"Do lado da produção, será um divisor de águas, viabilizando o desenvolvimento de projetos de agregação de valor em nosso País"

"A **reforma tributária** proposta pelo Congresso e apoiada pelo Governo, que altera os **tributos** incidentes sobre o consumo de bens e serviços, é o

principal fator para a aceleração do desenvolvimento socioeconômico do nosso País. Será determinante para o avanço do **PIB** e para a melhoria da renda, em especial das pessoas de menor poder aquisitivo. Do lado da produção, será um divisor de águas, viabilizando o desenvolvimento de projetos de agregação de valor em nosso País. E se bem implementada, reduzirá substancialmente o diferencial de custo do Brasil."

Ana Paula Vescovi Economista-chefe do banco Santander e ex-secretária do Tesouro

"Uma reforma bem-sucedida seria tornar a economia brasileira mais atrativa para investimentos de longo prazo"

"A **reforma tributária** é fundamental para elevar a produtividade da economia brasileira no longo prazo, dado seu potencial de redução do custo burocrático e de contencioso que hoje recai sobre as empresas e sobre o próprio governo. Com ela, podemos ter um ambiente de negócios mais positivo, com menor custo de transações, e com maior segurança jurídica.

Estamos otimistas com a aprovação da reforma e em relação à necessária convergência política para sua implementação ao longo dos anos. São medidas de que o Brasil precisa para se modernizar, e que podem melhorar a percepção sobre o País no exterior. A discussão mais importante é melhorar o desenho e a eficiência do sistema tributário brasileiro: torná-lo mais simples, mais justo, sustentável e transparente.

Outro benefício de uma reforma bem-sucedida seria tornar a economia brasileira mais atrativa para investimentos de longo prazo que melhorem nossa infraestrutura e nos ajudem a superar a chamada armadilha de renda média."

Sergio Zimerman Presidente da Petz

"A substituição tributária foi o instrumento mais eficaz no combate à sonegação de todos os tempos"

"O texto da forma como está não deixa claro como vai ampliar a base de contribuintes e o que é mais grave pode aumentar de forma brutal a sonegação de **impostos** se não houver de forma expressa a obrigatoriedade dos produtos que hoje são monofásicos na tributação continuarem da mesma forma. É muito mais seguro controlar poucas indústrias do que milhares de varejos. A substituição tributária foi o instrumento mais eficaz no combate à sonegação de todos os tempos."

Rafael Furlanetti Sócio e diretor Institucional da XP Inc.

"O pagamento de **tributos** é um dos maiores entraves para se fazer negócios no Brasil"

"Essa não é uma reforma do partido A ou B, do governo A ou B, é uma reforma para destravar o crescimento do País. O pagamento de **tributos** é um dos maiores entraves para se fazer negócios no Brasil e o Congresso corajosamente assumiu a missão de enfrentar esse debate"

Pedro Passos Cofundador da Natura

"A aprovação do projeto (...) deverá abrir uma nova etapa para o avanço da produtividade da nossa economia"

A aprovação da reforma na Câmara representa um grande marco depois de décadas de debates e construção do texto hoje em discussão. Em linhas gerais, o relatório apresentado é positivo e incorpora os aspectos fundamentais para uma boa reforma da tributação do consumo, como a simplificação, transparência e justiça social.

É preciso ficar atento à quantidade de exceções e regimes especiais que estão listados na PEC. Quanto mais exceções, mais nos distanciamos dos modelos de IVAs modernos e mais complexo e injusto fica o sistema tributário - tanto para as empresas quanto para os brasileiros.

A aprovação do projeto é importante para o Brasil.

Deverá abrir uma nova etapa para o avanço da produtividade da nossa economia e a retomada de um novo ciclo de crescimento."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Câmara aprova Reforma Tributária

Após mais de três décadas de debate e tentativas em diferentes governos, a Câmara dos Deputados aprovou ontem em primeiro turno o texto-base da reforma que unifica cinco **tributos** sobre consumo e sepulta o sistema atual, criado nos anos 1960.

Foram 382 votos favoráveis e 118 contrários à proposta de emenda à Constituição, mais do que os 308 necessários. O plenário ainda apreciava os destaques, que podem alterar a PEC, antes de votá-la em segundo turno e enviá-la para o Senado apreciar.

"Depois de décadas, aprovamos uma **Reforma Tributária**. Democraticamente. Parecia impossível. Valeu lutar! ", escreveu o ministro Fernando Haddad (Fazenda), o principal articulador da proposta no governo Lula (PT), em rede social.

Se aprovada em definitivo, a reforma fundirá três **tributos** federais -PIS, Cofins e IPI- ao estadual ICMS e ao municipal ISS no IVA, o Imposto sobre Valor Agregado usado em 174 países. A alíquota será parte gerida pelo governo federal e parte pelos estados.

Haverá ainda um novo tributo sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao ambiente.

Uma vez chancelado pelo Congresso, o sistema começará a ser implementado em 2026 e deverá estar totalmente em vigor em 2033.

A aprovação histórica dá à gestão de Arthur Lira (PP-AL) marca forte no momento em que ele mede forças com o Planalto. Em discurso aplaudido, o presidente da Câmara afirmou que a reforma não é pauta de governo, mas de Estado. Mercado A13 a A15

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330>